

**COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ:
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS**

VOLUME 10

**CULTURAS AFRICANAS
E AFRO-BRASILEIRAS
JORGE LUIZ GOMES JÚNIOR**

PROGRAMA
ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA

**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis

**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia





CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS



EDIFBA
Editora do IFBA



Luzia Matos Mota

Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva

Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis

Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire

Secretária Executiva

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito

Deise Danielle Neves Dias Piau

Durval de Almeida Souza

Fabício Menezes Ramos

Guillermo Alberto Lopez

Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Mariana Rocha Santos Costa

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos

Catarina Ferreira Silveira

Eliana Evangelista Batista

Flávio de Ligório Silva

Maurício Andrade Nascimento

Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis

Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta

Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos

Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo

Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza

Diretora

EXPEDIENTE:

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Moraes

Edson Machado de Brito

Eliane Sílvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

JORGE LUIZ GOMES JÚNIOR

CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 10

Salvador
2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Cottonbro Studio | pexels.

I23 IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Culturas africanas e afro-brasileiras / Texto de Jorge Luiz Gomes Júnior / DPAAE - Salvador : EDIFBA. 2023.

57 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 10).

E-Book.

ISBN: 978-65-88985-33-5.

1. África. 2. História - Cultura. I. Jorge Luiz Gomes Júnior. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - DPAAE. III. Culturas africanas e afro-brasileiras. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 10.

CDU 94(6):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^a. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^a. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Sílvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestra Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

O AUTOR DESTE CADERNO



JORGE LUIZ GOMES JÚNIOR

É com muita alegria que venho dar as boas-vindas a você e dizer do prazer que eu tive ao produzir esse material, feito pensando em um processo de (re) educação para as relações étnico-raciais.

Eu sou o Professor Jorge Gomes Júnior. Doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET-RJ; Professor no ensino fundamental, a serviço do Estado do Rio de Janeiro; e no Pré-Vestibular Cristo Redentor. Coordenador do eixo de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Revista África e Africanidades (Qualis B1) e Membro do Conselho Editorial da mesma revista. Com relação à pesquisa acadêmica, meus principais interesses giram entorno das culturas africanas e afro-brasileiras, das literaturas em língua portuguesa (especialmente a oral, a afro-brasileira e as africanas) e das relações étnico-raciais, com ênfase na educação. Para entrar em contato comigo, o meu e-mail é: jjunior.rj@hotmail.com.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

“ATÉ QUE OS LEÕES CONTEM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS, OS CAÇADORES SERÃO SEMPRE OS HERÓIS DAS NARRATIVAS DE CAÇA” 16

INTRODUÇÃO 17

1.1 Africanos e negro-brasileiros: a cultura afro-brasileira na constituição da brasilidade 17

1.2 Contando e recontando histórias: um exercício decolonial 20

1.3 Cultura, estereótipos e imaginário: estruturas de uma construção 22

CAPÍTULO 2

O LEGADO DA CULTURA AFRICANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA 28

INTRODUÇÃO 29

2.1. 'Eles combinaram de nos matar, mas "a gente" combinamos de não morrer' 29

2.2. Pretuguês: a língua de Camões sob as influências das línguas africanas, no Brasil 30

2.3. No tabuleiro da baiana tem - saberes e sabores africanos 32

2.4. Literatura afro-brasileira: uma forma de resistência e afirmação de identidades 33

2.5 Na trança dos seus cabelos: memórias e saberes 35





CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS..... 49



CAPÍTULO 3

AO SOM DO ATABAQUE, AO NEGRO TOQUE DO AGOGÔ..... 38

INTRODUÇÃO.....39

3.1 Quero ser tambor: sons da afro-brasilidade.....39

3.2 A religiosidade afro e o sincretismo religioso: a festa do Bonfim e a Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Pretos..... 45

3.2.1 As irmandades negras e o candomblé: ambientes de resistência..... 46

ENCERRAMENTO..... 47





CAPÍTULO 1

**“ATÉ QUE OS LEÕES
CONTEM SUAS PRÓPRIAS
HISTÓRIAS, OS CAÇADORES
SERÃO SEMPRE OS HERÓIS
DAS NARRATIVAS DE CAÇA”**

“ATÉ QUE OS LEÕES CONTEM SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS, OS CAÇADORES SERÃO SEMPRE OS HERÓIS DAS NARRATIVAS DE CAÇA”

“Até que os leões contem suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” (Provérbio africano)

INTRODUÇÃO

Caro(a) leitor(a), nesse caderno você encontrará uma reflexão a respeito da permanência das culturas africanas na cultura brasileira. Pensaremos sobre conceitos importantes para se pensar a cultura e a estruturação de um Afro-Brasil; consideraremos marcas das culturas africanas na língua nacional, em aspectos estéticos, gastronômicos, literários, rítmicos e religiosos que se destacam como frutos do legado africano no Brasil.

Nesse primeiro capítulo, pensaremos a respeito da estruturação do que reconhecemos como Afro-Brasil. Para isso, consideraremos os principais grupos étnicos africanos que influenciaram na construção do Brasil, o processo de sequestro e travessia forçada dos negros escravizados, as adaptações ao novo mundo e a influência das culturas africanas na formação da cultura brasileira. Além disso, vamos refletir sobre o entendimento de cultura, o **eurocentrismo** e o perigo de uma história única, considerando a presença desses elementos na construção do imaginário brasileiro. Vamos passear juntos nessas reflexões? Recebam nossas boas-vindas!

1.1 AFRICANOS E NEGRO-BRASILEIROS: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DA BRASILIDADE

Pensar sobre a cultura afro-brasileira é tecer considerações a respeito da permanência dos aspectos culturais africanos na identidade cultural do Brasil. É considerar os diálogos estabelecidos com as **africanidades** e perceber, a partir disso, como o fato de ser brasileiro está relacionado com a interação com as culturas vindas de diversas partes do continente africano.

A diversidade cultural do Brasil estabelece grande conexão com técnicas, danças, crenças, saberes e sabores trazidos pelos africanos, que estão entranhados nesse país de maneira que a cultura afro-brasileira se faz aspecto fundamental da **brasilidade**, ou seja, da caracterização do que é próprio do Brasil.

Foram os africanos e seus descendentes que abriram estradas, construíram portos, pontes, cidades e tudo que compôs a estrutura necessária para o povoamento desse território, saqueado dos indígenas pelos europeus, que, posteriormente, dizimaram os povos originários. Entretanto, essa não é a única e principal participação dos africanos em nossa história. Eles nos deixaram um legado muito mais abrangente, em nossos aspectos culturais, religiosos, sociais, como veremos ao longo desse Caderno.

A-Z

Eurocentrismo

Compreensão que elege a Europa como centro do mundo. Nesse sentido, o continente europeu é considerado como o ambiente legítimo de construção e afirmação do conhecimento, do saber, do poder.

Africanidades

Aspectos capazes de representar culturas e identidades relativas ao continente africano.

Brasilidade

Refere-se àquilo que é próprio do Brasil, características capazes de apontar aspectos de uma identidade brasileira.

Dentre os diversos grupos étnicos que foram trazidos ao Brasil, misturados entre si, destacam-se os povos bantos e sudaneses, que, após sequestros e forçadas travessias, tiveram suas identidades feridas pelos mercadores de escravizados.

O professor, sociólogo e jornalista brasileiro, Muniz Sodré* (2017) chama nossa atenção para o fato de que uma parte considerável dos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil era composta por vítimas de prisões políticas, como consequência de lutas contra-hegemônicas, na África.



*Ao longo do texto, todas as vezes que houver a citação do nome de uma pessoa responsável por teorias ou conceitos, informações diversas que tenham a necessidade de atravessar o texto, essa pessoa será apresentada a partir da indicação de seu local de origem e de sua ocupação. Essa atitude tem a intenção de localizar as pessoas que leem esse texto, a respeito de quem nos oferece as informações que constroem nossas bases teóricas.

No livro **Pensar Nagô** (2017), Sodré destaca que diversos presos políticos eram figuras reconhecidas como intelectuais e até mesmo integrantes de uma nobreza, príncipes, princesas e sacerdotes, figuras que estavam à frente dos grupos sociais e que foram, também, sequestrados, escravizados e submetidos a diversas formas de negação de suas identidades.



Tomando como referência o mapa do continente africano, de acordo com a divisão que já conhecemos, os povos bantos, trazidos para o Brasil, estariam relacionados, principalmente, a Angola, ao Congo e a Moçambique, enquanto os povos iorubás, que chegaram aqui, vieram, principalmente, de regiões da Nigéria, do Togo e da República do Benin.

Interessante sinalizar que as expressões banto e iorubá dizem respeito, também, a línguas africanas, sendo o iorubá a língua utilizada por diversas etnias que chegaram aqui a partir do final do século XVIII, e o banto, um tronco linguístico, do qual se originam línguas africanas que chegaram ao Brasil com a entrada dos escravizados, desde o século XVI influenciando de forma significativa o português do Brasil, conforme veremos mais adiante.

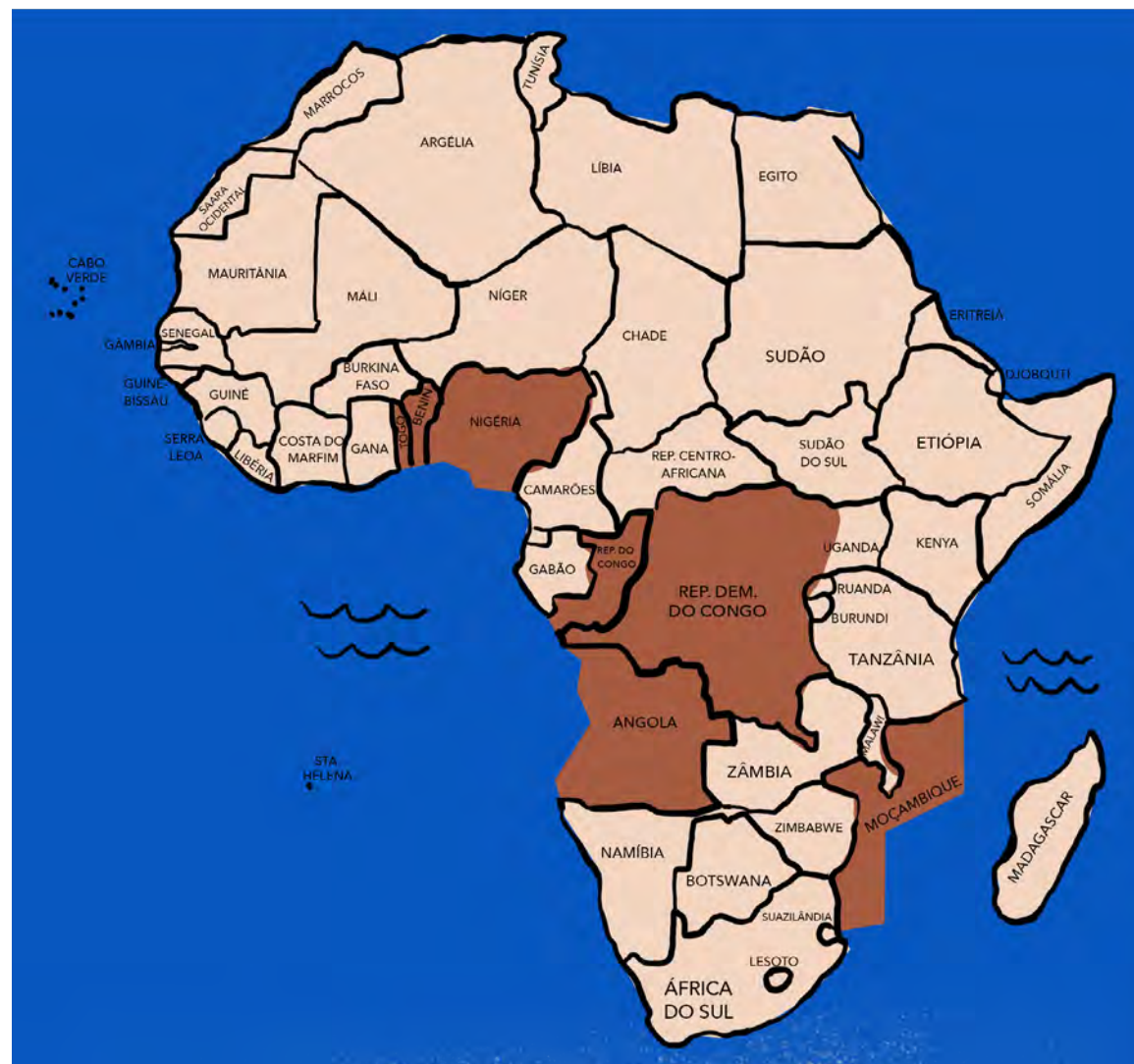


Figura 1. Mapa do continente africano. Fonte: Ilustração de Letícia Graciano.

É importante ressaltar que houve escravidão em muitas culturas espalhadas por todo o mundo, e que, conforme aponta a professora e pesquisadora brasileira Leila Leite Hernandez (2005), o processo de escravização se dava por meio de diversas condições, por exemplo: a venda ou penhora por dívida ou fome, caso em que o escravizado poderia ter sua liberdade resgatada; venda por crime cometido; escravização como castigo dado aos vencidos em uma guerra; por invasão ou saque de territórios inimigos; escravidão doméstica e mercantil.

De acordo com o pesquisador brasileiro, africanólogo e diplomata Alberto da Costa e Silva (2015), no que diz respeito à escravidão transatlântica, que trouxe negros escravizados do continente africano para as Américas, existe um fator que estabelece uma enorme diferença com relação a todas as formas de escravização de que já se tem notícia, pois, pela primeira vez na história, tratava-se de uma escravidão sustentada por um argumento racial, uma escravidão exclusivamente negra, ou seja, somente negros eram escravizados.

De acordo com o antropólogo brasileiro José Flávio Pessoa de Barros (2005), foram os bantos o grupo étnico que veio em maior número e por maior período de tempo para o Brasil. A partir do final do século XVIII e princípio do século XIX, o tráfico voltou seu olhar aos sudaneses, chamados também de nagôs ou iorubás.

O pesquisador aponta, ainda, que, apesar de terem sido trazidos posteriormente, os grupos étnicos iorubás foram inseridos no Brasil de maneira massiva, e sua presença, inclusive, destacou-se em uma comparação com os bantos, que já estavam por aqui.

Conforme sinaliza o sociólogo brasileiro Reginaldo Prandi (2000), entre 1525 e 1851 foram trazidos para o Brasil, aproximadamente, mais de 5 milhões de africanos, na condição de escravizados, vindos de diversas regiões do continente. Esse número não inclui aqueles que morreram pela violência em meio aos sequestros, assim como não estão considerados nessa estimativa aqueles que não suportaram as condições desumanas oferecidas pelo navio, morreram na travessia e foram lançados ao mar.



Figura 2. Navio Negroiro Fonte: Navio negroiro. Nègres a fond de cale. Johann Moritz Rugendas, 1830.

De acordo com o escritor e jornalista brasileiro Laurentino Gomes, no livro **Escravidão** (2019), mais de 12 milhões de pessoas foram escravizadas durante 350 anos. Desses, 1 milhão e 800 mil morreram na travessia, o que chegou a alterar a rota dos cardumes de tubarão, no Atlântico, que passaram a seguir os navios negreiros.

Na **diáspora** negra, diante da escravização, o corpo negro estava esvaziado de **alteridade** e identidade, transformado, apenas, em mão de obra. Ainda hoje lutamos para que os resquícios dessas lógicas racistas não sobrevivam em nossa sociedade.

A-Z

Diáspora

Dispersão de etnias e culturas gerada por um deslocamento forçado. A diáspora africana se refere ao espalhamento forçado de povos africanos, pelo mundo, a partir dos processos de escravização.

Alteridade

Refere-se ao reconhecimento das diferenças, se relaciona com a singularidade que caracteriza os indivíduos, as culturas e as diferentes formas de perceber, se compreender e se colocar no mundo.

Por mais de três séculos, os navios negreiros transportaram cativos destinados aos trabalhos de mineração, aos canaviais, às plantações de fumo em diversas regiões do país, sempre com a intenção de construir riquezas, atendendo aos interesses de expansão das posses dos escravocratas, sendo associados, apenas, à mão de obra para o progresso material.

O que os colonizadores e os escravocratas não perceberam foi que, mesmo diante de todas as tentativas de exterminar as culturas africanas das identidades dos escravizados, esse projeto deu errado. Os negros africanos, ancestrais do Brasil, marcaram a sociedade e a cultura brasileira, que estavam em processo de formação, com seus modos de ver, ser, estar, pensar e existir no mundo, produzindo, a partir desse processo, o que reconhecemos como cultura afro-brasileira.

Considerando a colonização e seus efeitos, faz-se necessário observar alguns conceitos teóricos e seus respectivos entendimentos, para que, assim, possamos ampliar a compreensão sobre nossas discussões aqui, nesse espaço.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009), considera como *colonialismo* a imposição de poder a partir de uma etnia dominante, enquanto trata como *colonialidade* o que diz respeito à continuidade, aos desdobramentos, aos resquícios do colonialismo na estruturação do imaginário social.

Como forma de dominação, o *colonialismo* se relaciona, entre tantos outros aspectos, com uma soberania relacionada aos saberes, aos conhecimentos. Nesse sentido, o saber encontra-se, de algum modo, associado ao poder. São considerados saberes legítimos aqueles que têm bases ou se relacionam com as fontes do poder. E, sendo assim, formas de saber associadas a povos colonizados são rejeitadas, por serem observadas como conhecimentos inferiores.

O sociólogo e pesquisador português Boaventura de Sousa Santos (2019) considera que, em vias práticas, o entendimento de *colonialismo* e de *colonialidade* seguem o mesmo viés, sendo desnecessário separá-los. Frente a todas essas compreensões,

que nos permitem eleger uma perspectiva, em nossa breve abordagem sobre a temática vamos tratar *colonialismo e colonialidade* como sinônimos.

Para que os países colonizados tenham a possibilidade de se desvencilhar da lógica colonial e de seus efeitos, a longo prazo, é preciso reconstruir ou desarticular os modelos que foram responsáveis pela afirmação dos valores da colonialidade no imaginário social. A valorização de conhecimentos que foram subalternizados e renegados é um método de desencadear esse processo de reconstrução.

Pensando em colonialidade como os aspectos relativos à colonização e aos seus efeitos na sociedade e no imaginário, conseguimos compreender a ideia de decolonial. O pensamento decolonial, termo estabelecido pelo ensaísta argentino Walter Dignolo (2017), atua como uma proposta de enfrentamento a ordem determinada pelo padrão instituído pelo colonizador, buscando valorizar novas formas de conhecimentos, que não estejam “legitimadas” pelo que o eurocentrismo reconhece como verdadeiros saberes. O decolonial é uma proposta de reconhecimento da pluralidade, dos diversos saberes, das diversas formas de entender e experimentar o mundo.

1.2 CONTANDO E RECONTANDO HISTÓRIAS: UM EXERCÍCIO DECOLONIAL

Muitas vezes, ao se estudar a história do Brasil, podemos verificar como o negro é reduzido ao mero aspecto de uma mão de obra cativa. De acordo com Alberto da Costa e Silva (2015), por muito tempo os historiadores brasileiros viram as relações Brasil-África por uma perspectiva na qual o continente africano era colocado como fornecedor de mão de obra escravizada. Seguramente, esse posicionamento serviu como ingrediente para o fortalecimento da ideia racista que associa os negros e os africanos a escravos, não a povos que, por razões históricas, foram escravizados.

É como se o africano sequestrado, escravizado e trazido à força para a América tivesse nascido em um navio negreiro, não tendo nenhuma história anterior. Por esse motivo, é importantíssimo que destaquemos o fato de que o continente africano tem histórias absolutamente ricas, que, assim como as histórias do continente europeu, produziram efeitos na construção da história do Brasil.

Provavelmente, em algum momento dos seus estudos, no Ensino Médio, você teve a oportunidade de ler ou ouvir sobre a agressividade da escravidão no Brasil, uma das mais violentas da América. E talvez se recorde que, por aqui, a escravidão se iniciou por volta de meados de 1530, período em que os portugueses começaram a estabelecer as atividades relativas à colonização nos países do lado de cá do Atlântico e precisavam de mão de obra para o trabalho.

Pode ser que você se lembre, também, que o processo de escravização, aqui, a princípio, teve como alvo os indígenas e a exploração do Pau-Brasil. Por volta de 1550, diante da resistência dos povos tradicionais, do elevado número de morte de indígenas, de certa proteção que lhes coube o governo português, tem início, de forma gradativa, a escravização de africanos, que estariam, na concepção dos escravocratas, mais aptos à economia açucareira, que se destacava naquele momento colonial. Acrescenta-se a esse fato os interesses econômicos, relacionados ao lucrativo sistema do tráfico negreiro, tanto para os mercadores, como para a Coroa Portuguesa.

As atividades relativas à colonização foram, então, se ampliando, de modo que a necessidade de mão de obra foi se tornando cada vez maior, fazendo crescer, intensamente, o comércio de africanos escravizados, cujas habilidades em relação à agricultura, à fabricação do açúcar, aos trabalhos com o ferro e com o gado foram percebidas pelos colonizadores. Do mesmo modo, posteriormente, com o declínio do açúcar,

a importância dos escravizados se destacará no ciclo da mineração (século XVIII), uma vez que eles trouxeram do continente africano técnicas do garimpo do ouro e do diamante, desconhecidas pelos portugueses.



Figura 3. Moenda de cana. Fonte: Gravura de Debret (1822).

Nos engenhos, a primeira demanda imposta aos africanos escravizados foi a produção de açúcar, em jornadas de trabalho desumanas, que abrangiam todas as etapas, desde a plantação da cana, passando pelos processos destinados ao ato de moer, de extrair o seu caldo e de cozinhá-lo.

Pensando sobre o Brasil Colônia, o professor brasileiro e crítico literário Alfredo Bosi (1992) comenta que por meio do Sermão XIV do Rosário, dirigido aos escravizados, em 1663, pelo jesuíta Padre Antônio Vieira, figura conhecida da Literatura Colonial, em um engenho baiano, pode-se constatar como a igreja atuava em relação à escravização: apesar de reconhecer a brutalidade do sistema, a igreja convence os escravizados de que o seu sofrimento era semelhante ao do próprio Cristo e que, por isso, eles seriam recompensados com a vida eterna da alma.

Em busca dessa recompensa pós-morte, os escravizados deveriam servir e temer aos “senhores” como ao próprio Deus. O discurso da igreja tentava, dessa forma, fazê-los crer serem devedores de seus algozes, uma vez que, graças aos colonizadores estariam sendo salvos do paganismo e do islamismo.

Por outro lado, para além do fato histórico, relativo à atuação dos padres e da Igreja no Brasil colônia, é preciso ser desfeita a ideia de passividade do negro escravizado, que, supostamente, explicaria o longo período desse regime no Brasil. A verdade é que muitos livros de História, escritos sob as orientações das ideias do colonizador, não nos informam que, desde o princípio do processo de escravidão no Brasil, ocorreram diversos episódios de insubmissão às regras do trabalho nas roças e nas minas: revoltas, fugas e abortos; episódios de assassinato de escravocratas e de suas famílias; a formação dos quilombos e de ordens religiosas; enfim, não foram poucas as atitudes de enfrentamento contra à trágica violência que significava a instituição escravocrata.

Até 1888 o regime escravocrata esteve vigente no Brasil, que foi o último país das Américas e do Ocidente a banir a escravidão. As ideias difundidas por esse sistema atuaram, oficialmente, por quase 400 anos de nossa história. O racismo que caracterizou essa parte infeliz da história da nossa nação, lamentavelmente, segue, ainda, vivo na sociedade brasileira.

Muitas dessas informações, relativas à escravidão no Brasil, provavelmente, já passaram por seus olhos ou ouvidos, em algum momento, e nós sabemos que os aspectos mais degradantes da condição de escravizado sempre foram destacados e atuaram, junto à sociedade, na construção de ideias racistas a respeito do que é ser negro.

Muitos dos pontos que constroem o trajeto de que estamos falando, nessa seção, ou seja, dos rumos da escravidão negra no Brasil, se relacionam com a história contada através do olhar do colonizador. É justamente por essa razão que não é nosso interesse dar destaque aos processos e mecanismos da escravidão, nas reflexões propostas nesse caderno.

Não são essas as histórias que queremos abordar. Não pretendemos destacar, aqui, o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelos negros que foram escravizados, para falar, então, sobre resistência. Queremos enaltecer as riquezas contidas nas heranças

deixadas por nossos ancestrais africanos nas culturas do Brasil, em diversos aspectos, e assim falar sobre resistência.

Parece-nos muito mais relevante chamar a atenção para outros fatos, que contribuem, de maneira muito mais incisiva, para a construção do **pensamento decolonial**, um pensamento que busca romper com as diversas formas da dominação e da opressão, inclusive as produzidas nas mentes, propondo releituras, alterando a ordem estabelecida pela ação colonial. Como exemplo, temos o destaque que Costa e Silva (2015) dá para o fato de que, apesar de o continente africano ser reduzido, tantas vezes, a uma fonte de mão de obra escravizada, houve escravidão em todas as culturas no mundo.

Conforme o pesquisador nos aponta, existiu escravidão por toda a Europa, na Indonésia, entre os indígenas americanos, na Inglaterra. Houve escravidão por quase todo o continente africano. E sendo assim, de algum modo, todos nós somos descendentes de escravizados, mas toda essa história, em certa medida, não é parte das histórias que a História oficializada nos conta.

Interessa-nos destacar o avesso desse mesmo lugar, que nos apresenta àqueles aspectos que não são contemplados pelos livros que costumam formar o pensamento do povo brasileiro, nos quais o negro não é colocado como o que ele realmente representa na história desse país.

É preciso rever o processo histórico brasileiro, seguindo as trilhas de pesquisadores que desenvolvam seu olhar voltando-se para o protagonismo da ancestralidade africana na formação do povo brasileiro, através de uma visão valorativa da nossa afrodescendência, na sua vertente cultural e religiosa, nos seus saberes, na sua percepção da existência, na sua filosofia, no seu modo especial de ver o mundo.

1.3 CULTURA, ESTEREÓTIPOS E IMAGINÁRIO: ESTRUTURAS DE UMA CONSTRUÇÃO

Para refletirmos a respeito da comunhão entre as culturas africanas e a brasileira, a fim de mergulharmos nas estruturas que

A-Z

Decolonialidade

Refere-se a desarticulação das estruturas colonizadas, busca romper com as diversas formas da dominação e da opressão. Propõe releituras, alterando a ordem estabelecida pela ação colonial. O pensamento decolonial propõe a transgressão do modelo, se afina com o olhar para outras perspectivas. O pensamento decolonial, oportuniza o reconhecimento da pluralidade.



Foi o africano que ensinou o europeu no Brasil a batear o ouro dos rios, a cavar poços, a fundir o ferro. Foi o africano que desenvolveu a pecuária de grande extensão, aquela onde o gado era solto no pasto, sem currais. Os africanos trouxeram uma nova maneira de vestir e de se comportar, construíram a casa popular (a casa de pau a pique, diferente da casa de taipa de Portugal). Os africanos trouxeram novos instrumentos musicais, comidas, vegetais. (COSTA e SILVA, 2018)



possibilitaram a construção de um “Afro-Brasil”, antes de mais nada, é preciso pensar sobre o entendimento de cultura.

AFINAL DE CONTAS, O QUE É CULTURA?

Esse termo é muito amplo e pode ter diferentes concepções. Podemos entender o termo Cultura como uma referência a aspectos capazes de representar grupos sociais, de modo particular, considerando maneiras de ver, ser, estar e se colocar no mundo.

Pensar em cultura é fazer alusão a crenças, hábitos, valores, costumes que provocam uma espécie de sistema de representação, quando faz com que pessoas que compartilham modos de encarar e se colocar no mundo se identifiquem umas com as outras e enquanto grupo. Por outro lado, a cultura pode, também, se constituir como um sistema de diferenciação, ao deixar evidentes as diferentes práticas, diferentes hábitos e posicionamentos, que fazem com que aconteça, naturalmente, uma distinção entre os grupos.

As culturas se relacionam com características compartilhadas por coletivos e aliadas às vivências históricas que interferem na construção das identidades, dos significados sociais que atribuem sentidos para esse ou aquele hábito, em um determinado grupo social. É importante destacar que: o entendimento de cultura não está associado à construção de **estereótipos**, que são compreensões generalizantes, padronizadas e reducionistas, a respeito dos grupos étnicos, políticos, sociais, das culturas, das religiões, de diversos aspectos humanos.

Os estereótipos são olhares que partem de compreensões superficiais e acabam sendo utilizados para identificar um determinado grupo a partir de uma característica arbitrariamente eleita e imposta como parte de uma dita essência.

Por outro lado, as culturas tratam de aspectos partilhados, de maneira natural, por indivíduos pertencentes a uma mesma

sociedade, tais como: gostos, posicionamentos, princípios que atravessam boa parte de um grupo social. Essa compreensão não nega a individualidade dos sujeitos. Isso quer dizer que o fato de pertencer a uma determinada cultura não impede que um indivíduo tenha outras características, que não as comumente atribuídas ao seu grupo. Ao contrário disso, os estereótipos engessam culturas. Negam as diferenças.

O samba, por exemplo, é uma característica da cultura brasileira, assim como o futebol. Em nosso país, muita gente gosta de samba e de futebol, de modo que esses gostos acabam se destacando em meio aos prazeres partilhados pelo povo brasileiro. Entretanto, dizer que no Brasil só temos samba e futebol é um estereótipo.



A cultura amplia, faz com que, diante de um olhar mais abrangente, sobressaiam características que se destacam por serem muito presentes em dadas sociedades; enquanto isso, o estereótipo faz o contrário, reduz a coletividade, o todo, a uma única consideração, como se todo um grupo sociocultural pudesse ser reduzido a uma única característica.

Muitas vezes, os estereótipos surgem através de olhares de grupos que se consideram superiores a outros e, por isso, estabelecem ideias que diminuem o que compreendem que seja inferior. É o que acontece, por exemplo, com relação ao eurocentrismo e ao olhar produzido por essa perspectiva, em relação a qualquer outra sociedade que não as europeias.

Sabemos, pela própria etimologia da palavra, que o eurocentrismo se refere a uma compreensão que elege a Europa como centro do mundo. Nesse sentido, o continente europeu é considerado como o ambiente legítimo de construção e afirmação do conhecimento, do saber, do poder. Mais do que economicamente superior aos demais continentes, nessa perspectiva, a Europa é entendida como intelectualmente superior.



O professor Alfredo Bosi, em **A dialética da colonização** (1992), definiu Cultura como o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações, para que se mantenha a coesão da sociedade, e seja possível uma convivência harmoniosa entre as diversas gerações que a compõem. (BOSI, 1992, p. 16)

A-Z

Estereótipos

Conceito estabelecido sem conhecimento profundo, sobre algo ou alguém, usado para definir e limitar culturas, povos, pessoas, fazendo referências a valores, comportamentos ou padrões que, supostamente, caracterizariam coletivos.



Pensando com o historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe, a partir do livro **A crítica da razão negra** (2014), o eurocentrismo se relaciona com a lógica da autocontemplação, ou seja, o indivíduo entende o mundo a partir do seu próprio olhar que é a régua para medir aos demais. Tudo aquilo que não se reflete no seu próprio espelho não tem valor reconhecido.

Dessa forma, todas as culturas, todas as formas de saber, de conexão com o divino, de organização social, que não são produzidas a partir dos reflexos das orientações europeias são negadas. É exatamente o que ocorre com o continente africano, cujo passado, anterior à colonização, foi sistematicamente negado pelo eurocentrismo, como se não houvesse uma história a ser contada a não ser aquela inaugurada a partir da chegada dos europeus à África.

Assim, podemos observar como as posturas provocadas pelo olhar hegemônico do eurocentrismo causaram uma grave e profunda ferida: prisioneiro de um passado criado por outros, o continente africano é alvo de sérias distorções e preconceitos **etnocêntricos** que inferiorizam sua formação étnica, linguística, suas organizações políticas, religiosas e sociais.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos ajuda a entender o que faz o eurocentrismo e o etnocentrismo: fabricam uma história única, isto é, fazem com que as histórias sejam contadas a partir de uma única perspectiva, privilegiando o olhar de alguém que tem certo domínio. Como explica a autora, o perigo da história única é que “cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (ADICHIE, 2009)

E DE QUE MANEIRA ISSO SE RELACIONA COM A NOSSA HISTÓRIA?

Podemos refletir sobre os efeitos do eurocentrismo em relação ao nosso país. Você já parou para pensar por que, muitas vezes, nós, brasileiros, valorizamos mais o que é da cultura europeia ou da estadunidense do que aspectos da nossa própria cultura ou do continente africano, por exemplo?

O enraizamento das ideias do eurocentrismo aprofunda os problemas causados por ele. Conforme alertou o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009), o eurocentrismo não diz respeito apenas ao pensamento europeu, mas se relaciona com o pensamento construído por todas as sociedades “educadas” por essa perspectiva. Como é o caso dos países colonizados pelos europeus. Por exemplo: o Brasil. Sob esse aspecto, a nossa grande questão com relação ao eurocentrismo se refere ao processo de construção dos imaginários sociais.

TENDO EM VISTA SERMOS POVOS COLONIZADOS, COMO A FORMAÇÃO EUROPEIA INFLUENCIOU NO NOSSO IMAGINÁRIO?

O fato de sermos um país colonizado faz com que a nossa história seja formada com interferência de uma ideia de que para afirmar a cultura europeia, a dos colonizadores, desvalorizam-se as culturas locais, em nosso caso a indígena, a africana e a afro-brasileira. Esse movimento é reafirmado por instituições que influenciam a construção do imaginário social, isto é, do modo como a sociedade se vê.

A imagem que os povos colonizados têm de si foi produzida a partir do olhar que os colonizadores construíram sobre eles. A história que é oficializada e oferecida a eles como a verdade, por meio de instituições como a escola, por exemplo, não parte da visão que as próprias pessoas têm sobre si e sobre sua coletividade, suas experiências, suas memórias, suas próprias perspectivas.

A-Z

Etnocêntricos

Visão de mundo que coloca uma etnia como centro do mundo, sendo esta considerada superior a todas as outras etnias.



O escritor caribenho Édouard Glissant (1997) considera que o imaginário se relaciona com a construção simbólica que um dado grupo tem de si, ou seja, diz respeito a como esse grupo se imagina, se percebe. A partir dessa noção podemos supor o quanto o discurso colonial influenciou e ainda influencia na maneira como os povos colonizados se compreendem.

Eis-nos aqui, portanto, de volta com o perigo da história única. Os povos que vivenciaram um passado marcado pela colonização não serão capazes de reconhecer o seu lugar de direito na história da humanidade enquanto tiverem como orientações os modelos de narrativas que insistem em colocar os não-europeus como coadjuvantes nos mais diversos processos que desenrolam a história, por exemplo quando não reconhecem a relevância de conhecimentos vindos do continente africano, por exemplo.

Enquanto as narrativas forem enunciadas através do olhar daqueles que ocuparam a posição de colonizadores; enquanto não tivermos acesso às histórias a partir da percepção de povos e culturas sufocadas pela ação colonial e seus desdobramentos até os nossos dias, repetiremos o que nos foi contado e não nos representa como partes importantes da história.



Figura 4. Scarface. Fonte: Divulgação do Facebook

Conforme diz o provérbio africano que dá origem ao título desse capítulo: “Até que os leões contem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis das narrativas de caça”.

Por sobreviverem a partir da memória e de oralidade, como todo texto oral, os provérbios podem ter variação na forma sem que percam a mensagem que pretendem transmitir. Reproduzo aqui como ouvi. Há quem o diga com outras palavras, mas sua ideia central continua a mesma, garantindo uma compreensão equivalente.

Precisamos destacar que é tempo de os povos representados, historicamente, como marginalizados ou subalternizados, tornarem-se protagonistas de suas histórias, deixando definitivamente para trás o papel de figurantes de uma história que se reflete na imagem de uma Europa, a qual se coloca como a grande benfeitora, aquela que espalhou a civilidade pelo mundo, aquela que ofereceu as verdadeiras fontes do conhecimento e livrou a humanidade da selvageria, sendo essas perspectivas, efeitos do eurocentrismo e do etnocentrismo que produz a história única, que pensamos há pouco, com Chimamanda Ngozi Adichie.

E não, essa é a versão da história contada pelos colonizadores, não a única história. Antes da chegada dos colonizadores europeus tanto na África, quanto no continente americano, já existia uma história que precisa ser reconhecida, culturas que precisam ser respeitadas, organizações sociais e políticas, formas de se conectar ao divino, que não prestam tributo aos valores exaltados pelos europeus e que nada lhes deve. Ao ler os livros da Coleção Pedagógica Asé-Toré, produzida por intelectuais negras(os) e indígenas, você conhecerá essas outras versões de nossa história.

É preciso que se reconheça o outro lado da moeda, a mesma história a partir de outros olhares. A respeito dessa linha de raciocínio, a Estação Primeira de Mangueira, prestigiada escola de samba carioca, trouxe ao carnaval de 2019 uma interessante reflexão a partir de seu samba-enredo, que podemos apreciar a seguir:

Enredo: História Pra Ninar Gente Grande
Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tambois, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões

São verde e rosa, as multidões

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões

São verde e rosa, as multidões

Composição: Danilo Firmino / Deivid Domênico /
Mamá / Márcio Bola / Ronie Oliveira / Tomaz Miranda.



Figura 5. Logotipo para o Carnaval 2019. Fonte: Divulgação da Mangueira

Negar a história única é, portanto, recusar-se a continuar reproduzindo narrativas que coloquem as culturas negras no espaço de manifestações menores, sem valor. Reprimidas, perseguidas, sem que a sociedade brasileira, em sua totalidade, considere isso um crime.

A batalha para que, contrariando a lógica racista, argumentos étnicos, culturais, sociais e religiosos não sejam hierarquizantes, ou seja, não coloquem ninguém acima de ninguém, deve ser uma luta de todas as pessoas.

É importante, pois, que seja desarticulado o pensamento instaurado pelo eurocentrismo e pela colonização, que sugere a desvalorização das heranças africanas, fazendo com que o negro seja reconhecido pelo que de fato é. Por exemplo, o introdutor de importantes técnicas de mineração, metalurgia e produção agrícola. Que seja lembrado como um povo que introduziu nessa

cultura noções de coletividade, de ligação com o divino, de sacralidade da natureza, diversos saberes e tantos outros aspectos que enriquecem a cultura desse território.

A desconstrução de estereótipos é fundamental para trazer à tona o conhecimento de que os descendentes de africanos são descendentes de povos que construíram reinos, que se organizavam em sociedades bem estruturadas, que desenvolviam uma ciência de alto nível de conhecimento. Estruturas que foram destabilizadas a partir da colonização e escravização.

Somos descendentes de povos que foram escravizados e tiveram suas histórias negadas, seus conhecimentos silenciados, suas culturas sufocadas pelo eurocentrismo, mas que frente a tudo isso, resistiram e espalharam pela diáspora aspectos da africanidade relacionadas às filosofias, ciências, artes, estéticas, formas de religiosidade e tantas outras marcas.

Somos negros, somos afro-brasileiros, negro-brasileiros, afro-descendentes, somos pretos. Não há, entre essas, nenhuma expressão imprópria para se referir ao que somos e representamos. Inaceitável é o racismo manifestado no tom com o qual essas e tantas outras palavras podem ser utilizadas pelos racistas, na intenção de reafirmar suas ideias preconceituosas.

Inaceitável é o racismo estrutural, que, segundo o advogado, filósofo e professor Silvio Almeida, “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares”, uma sociedade para a qual “o racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, S., 2018, p. 38, grifo do autor).

Encerramos esse capítulo na certeza de que apenas reconhecendo os valores das culturas africanas, afro-brasileira e das culturas indígenas, assim como admitindo a legitimidade de todas as formas de perceber e experimentar o mundo, é que será possível desfazer alianças com a colonização do imaginário, e abraçar a liberdade de pensar, de saber, de imaginar, de se relacionar com o mundo e com a existência, sem hierarquizações raciais, étnicas ou culturais, e admitindo a pluralidade como referência.



Para exercitar o aprendizado

1) Releia o samba enredo “História para ninar gente grande”, apresentado na primeira seção desse capítulo e responda:

a) Quais personagens e fatos históricos presentes na letra do samba você desconhece ou conhece pouco? Questione-se a esse respeito e amplie seus conhecimentos da história dos afro-brasileiros pesquisando sobre aqueles que não lhe foram apresentados.

b) Vamos fazer uma experiência? Converse com suas(seus) amigas(os) e seus familiares sobre o contexto trazido pela canção. Veja se eles conhecem bem as duas mulheres negras destacadas pelo samba. E caso eles não conheçam, você pode conversar com eles sobre os motivos desse não conhecimento, além de compartilhar o que você aprendeu aqui.



Na Coleção Pedagógica Asé-Toré você terá oportunidade de ler mais sobre a introdução de pensamentos e tecnologias africanas, e diversas contribuições africanas para o mundo. Busque o caderno **O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências**, de Florença Silvério e o caderno **Tecnologias africanas e Educação** de Henrique Cunha Junior. Está imperdível!



Expectativa de aprendizagem

1. a) Dandara: Mulher negra, considera uma heroína e uma rebelde. Juntou-se se a escravizados a fim de desafiar, de enfrentar o sistema colonial escravagista. Ficou conhecida, também, como a companheira de Zumbi de Palmares, no entanto, o samba da Mangueira garante o protagonismo da mulher e não faz essa alusão, dando destaque a sua pessoa, individualmente. A referência a Dandara está associada, de alguma maneira, também a uma outra Dandara, que não a dos tempos de enfrentamento a escravidão, mas a uma que tem sua história relacionada com o preconceito e a perseguição em tempos contemporâneos. Nesse sentido, poderia ser uma referência a Dandara, uma travesti lynchada, apedrejada e morta em Fortaleza, em 2017. **Cariri:** Refere-se aos índios Cariri e ao movimento de enfrentamento dos indígenas à ação invasora e exploratória de suas terras no nordeste brasileiro. Além de combater a escravização de seus povos. **Dragão do mar de Aracati:** Apelido dado a Chico da Matilde, abolicionista, que vivia em Aracati e teve destaque na história da abolição no Ceará, que, por sinal, aconteceu 4 anos antes da assinatura da lei que, supostamente, libertaria os escravizados. **Caboclos de Julho:** Referência às lutas populares pela independência na Bahia. **Anos de Chumbo:** Referência aos tempos da ditadura no Brasil. Quem foi de aço nos anos de chumbo faz alusão a todos aqueles que se propuseram a enfrentar a ditadura, mesmo que o preço para muitos deles fosse a própria vida. **Luiza Mahin:** Mulher negra, líder da maior revolta promovida pelos escravizados, no Brasil, a Revolta dos Malês, além de ter sido participantes de inúmeras outras ações, dessa natureza. Luiza Mahin foi a mãe do abolicionista, advogado e poeta Luiz Gama. **Mariele:** Mulher negra, vereadora no Rio de Janeiro. Lutou pelo direito das mulheres, dos negros e dos pobres. Foi assassinada durante o seu mandato em 2018. **Malês:** Negros mulçumanos que promoveram, em Salvador, uma revolta contra a escravidão, as condições de vida a que estavam submetidos, ao sistema que estava estabelecido.

b) Resposta de acordo com a pesquisa feita para a questão anterior.



CAPÍTULO 2

O LEGADO DA CULTURA AFRICANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA



O LEGADO DA CULTURA AFRICANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

Nesse capítulo pensaremos a respeito de algumas heranças africanas presentes no português brasileiro que transformou o português europeu através dos contatos linguísticos com as línguas africanas e indígenas. Consideraremos, ainda, aspectos do legado africano na culinária, na estética e na literatura.

2.1. 'ELES COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS "A GENTE" COMBINAMOS DE NÃO MORRER'

Considerando as vivências e o contexto social no qual se insere o negro no Brasil, a escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, na coletânea de contos intitulada **Olhos d'água** (2015) apresenta o conto **A gente combinamos de não morrer**, cuja construção traz à cena exemplos das maneiras pelas quais o racismo oferece à população negra o sentimento de **vulnerabilidade**, de desamparo, de perigo, de **genocídio**, em suma, da existência de uma **necropolítica**.

A frase que dá título ao conto, assim como a que intitula essa seção do nosso capítulo, é o juramento feito pelo personagem Dorvi, jovem negro, envolvido no comércio de drogas e cuja vida

se equilibra por um fino fio entre policiais, chefões do morro, grupos rivais, mas que sonha ser navegante, **singrando** mares, os três, ele, a esposa Bica e o filho recém-nascido.

A-Z

Vulnerabilidade

Estado delicado, em fragilidade.

Genocídio

Ato de exterminação de um povo.

Necropolítica

Conceito desenvolvido pelo filósofo negro-africano, historiador e professor camaronês Achille Mbembe. Refere-se a uma política de morte que pode ser observada nas condições, nos parâmetros estabelecidos pelo sistema que acabam determinando e até legitimando a morte de determinados indivíduos.

Singrar

Termo de marinha, navegar, percorrer.

Com essa narrativa, Conceição Evaristo nos propõe o combinado da resistência. Convoca-nos, de alguma maneira, a criar uma rede, através da qual nos mantenhamos vivos, apesar de todas as adversidades sofridas pelo povo negro. E estarmos vivos tem

a ver, também, com mantermos as nossas culturas vivas. E para isso, precisamos reconhecê-las, admirá-las.

Os sistemas da colonialidade se utilizam de múltiplas estratégias de controle para tentar cumprir seu projeto: exterminar o que não está refletido no seu espelho. Dentre essas diversas estratégias ressalta-se o rompimento com a ancestralidade e com qualquer mecanismo de conexão com as etnias e as culturas da terra-mãe. São propostas que orientam, de algum modo, a negação de si, das suas identidades, em favor da submissão aos valores da cultura ocidental branca.

E desse modo a **branquitude** se faz a orientação basilar, que, por isso, ganha status de normalidade. Ou seja, ela é o esperado, o correto. Aliada ao racismo, a colonialidade faz com que as culturas negras sejam compreendidas como inferiores, de pouco ou nenhum valor, gerando **estigmas** que, conforme já pontuamos, fortalecem a colonização do imaginário.

Tal questão é amplamente discutida e aprofundada, aliás, no livro **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano** (2020), de Grada Kilomba, escritora, psicóloga e artista portuguesa, de origem angolana, no qual relata suas traumáticas experiências como única estudante negra do departamento de psicologia clínica e psicanálise em Lisboa, de onde saiu, aliviada, para fazer seu doutoramento em Berlim, onde hoje reside, como professora de várias universidades.

A autora explora a construção do trauma gerado nas pessoas negras a partir dos valores que a branquitude psicanaliticamente estabeleceu, ao associar para si valores positivos, moralmente ideais e civilizados, projetando no sujeito negro “aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade”, tornando, assim, a negritude sinal de perigo e violência. (KILOMBA, Grada, 2020, p.37)

Diante desse cenário, conhecer, reconhecer, enaltecer as culturas negras é um dos mecanismos de resistência mais eficientes no combate ao racismo e na desarticulação das colonialidades. Valorizar as culturas africanas e afro-brasileiras é seguir na

contramão do racismo, promovendo uma espécie de combate pacífico que se baseia em subverter a ordem estabelecida por um sistema que pretende sufocar as identidades negras.

Estamos aqui para subverter a ordem imposta pelo eurocentrismo à medida que fortalecemos nossos laços com a ancestralidade negro-africana, o que permite que nos identifiquemos, frente à comunidade internacional, como afro-brasileiros. Conforme nos diz o escritor mineiro Guimarães Rosa, um dos maiores escritores brasileiros do século XX, em **Grande sertão: veredas** (2019), o que a vida quer da gente é coragem. Tenhamos coragem para lutar por aquilo em que acreditamos.

O Brasil é um país de proporções continentais e as manifestações da cultura afro-brasileira podem ser percebidas em diversas regiões. Por isso, propor um olhar sobre a cultura afro-brasileira em todo o cenário nacional, com o espaço que temos para essa abordagem, seria bastante ousado.

Sendo assim, vamos estabelecer um recorte a partir do universo afro-baiano? Vai ser bastante representativo! A Bahia é capaz de representar muito bem diversos aspectos da afro-brasilidade que nos forma, até mesmo, ou, principalmente, por ter sido um dos principais portos de desembarque de negros escravizados e, conseqüentemente, um dos primeiros ambientes de recebimento das africanidades no Brasil.

E não se esqueça: Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.

2.2. PRETUGUÊS: A LÍNGUA DE CAMÕES SOB AS INFLUÊNCIAS DAS LÍNGUAS AFRICANAS, NO BRASIL

Pensando a respeito da relação entre a língua e os processos de construção, o historiador africano Joseph Ki-Zerbo (2009) sinaliza que as línguas dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade. Nesse sentido,

A-Z

Branquitude

Refere-se a compreensão dos brancos, a respeito de si mesmos, admitindo uma hierarquização racial que os coloca como superiores, por sua característica racial. A branquitude se relaciona com o a atribuição de poder e privilégio ao branco, tendo como critério, para isso, a cor de sua pele, o que legitima o preconceito e o racismo.

Estigma

No sentido em que trazemos, refere-se a uma marca negativa, a uma compreensão pejorativa.



o português que falamos no Brasil, apesar de ser uma herança dos nossos antepassados europeus, como parte da cultura e sendo vulnerável aos artifícios da criatividade de seus falantes, não poderia deixar de ser marcado por influências dos povos negros e indígenas, **etnicidades** significativas do povo brasileiro.

A expressão *Pretuguês*, que, seguramente, lhe chamou a atenção, estimado leitor, trata-se de um neologismo criado por Lélia Gonzalez, professora, filósofa, antropóloga, ativista e intelectual negro-brasileira. Com essa palavra ela se propunha a destacar a africanização da língua que foi imposta pelos portugueses.

De acordo com a professora e etnolinguísta baiana Yeda Pessoa de Castro, a partir do ensaio **Influência das línguas africanas no português brasileiro**, tendo em vista que cerca de cinco milhões de negros africanos foram escravizados e trazidos para o Brasil ao longo de 300 anos, pode-se afirmar que, desde aquele período, o país já tinha uma população negro-africana e afrodescendente em quantidade superior à de portugueses e de outros europeus.

Por serem obrigados a falarem a língua portuguesa, os africanos e seus descendentes imprimiram africanidades no sistema linguístico do Brasil. Nasceram, assim, os falares afro-brasileiros que atravessaram as senzalas e chegaram à Casa Grande, pelas vozes dos negros e, principalmente de negras que cuidavam dos filhos dos Senhores, e trabalhavam por lá; falas que saíram das plantações, das minas, dos quilombos, dos terreiros e, gradativamente, foram se espalhando por todos os espaços.



A maior parte das influências africanas, no português do Brasil, dizem respeito à presença de palavras que têm origem em línguas do tronco Banto, tais como as línguas angolanas: Quimbundo, Umbundo e Quicongo, assim como palavras da língua iorubá, falada na região oeste-africana ou sudanesa, que abrange territórios que vão do Senegal à Nigéria.



Figura 6. Palavras de origem africana. Ilustração de Letícia Graciano.

Cachimbo, por exemplo, assim como caçula, cafuné e moleque, vem do quimbundo; muvuca e dengo, do quicongo; enquanto axé e abadá são palavras da língua iorubá. Muitas outras palavras provenientes de línguas africanas estão presentes no cotidiano do Brasil. A língua portuguesa, tal qual falamos por aqui, além de acolher palavras, também foi modificado de acordo com o modo de falar, com a entonação, com a forma utilizada para construir frases.

A professora Yeda Pessoa de Castro, em diversos tempos e lugares, nos chama a atenção para o fato de que algumas influências das línguas africanas ficam evidentes quando se observa a linguagem popular no Brasil. Verificamos, por exemplo, uma tendência comum em nosso jeito de falar que diz respeito a uma maior intensidade na pronúncia das vogais, o que ocorre, por exemplo, com a palavra (*ri.ti.mo*). O mesmo acontece com a palavra (*a.di.vo.ga.do*).

Outro destaque pode ser observado na tendência de marcar o plural apenas pelos artigos que antecedem os substantivos (“OS menino”, “OS livro”), construção que segue o padrão do plural feito pelos prefixos, como ocorre na língua banto. Mais exemplos estão presentes na dupla negação (“não quero não”); no emprego preferencial pela próclise (“eu LHE disse”, “ME dê”) e na omissão das consoantes no final das palavras, sobretudo aquelas terminadas no fonema /r/. (“falÁ”, “dizÊ”).

As línguas africanas fazem parte da história, da formação social e da cultura brasileira. Elas foram responsáveis por diversas varia-

A-Z

Etnicidade

Traços socioculturais de um determinado grupo. Relaciona-se com a pertença, com a identificação étnica.

ções que contribuíram para a construção do português brasileiro, que, na sua vitalidade, vai expressando a alma do nosso povo.

2.3. NO TABULEIRO DA BAIANA TEM – SABERES E SABORES AFRICANOS

Diversas iguarias de origem africana estão presentes no cardápio do Brasil: abará, xinxim, efó, caruru, vatapá e tantos outros sabores produzidos a partir de saberes vindos do continente africano e, muitas vezes, (re) adaptados à realidade do país, são admirados pelo paladar dos brasileiros.

Ainda que a culinária afro-brasileira tenha maior circulação nos estados do nordeste do Brasil, esse gosto foi aprovado por todas as regiões, apesar de se relacionar, especialmente, com o sistema gastronômico baiano. Dentre os variados pratos que compõem o universo de sabores que partem de uma matriz africana, um deles ganhou lugar de destaque: o acarajé.



Figura 7. Baiana de acarajé. Fonte: IPAC/Divulgação

Essa é mais uma palavra das línguas africanas – o iorubá – que foi incorporada ao português do Brasil. A definição mais recorrente afirma que *Akara* identifica um bolinho, enquanto *jé*, pronunciado como *djé*, seria o verbo comer.

Qual a receita desse bolinho mágico inserido no Brasil pelos escravizados de origem iorubana? Vamos lá! Mão na massa de feijão fradinho, quebrado, hidratado, descascado e triturado; temperado com cebola ralada e sal, frito no azeite de dendê.

Inicialmente consumido apenas por negros africanos e por seus descendentes, o acarajé ganha espaço comercial ainda no século XVIII, conforme pontua o antropólogo brasileiro Raul Lody (2017) em sua coluna na página do *Museu da Gastronomia Baiana*.

Foi a partir das quitandas, palavra do quimbundo, *Kitanda*, que identifica “o tabuleiro em que se expõem as mercadorias diversas de vendedores ambulantes ou de rua”, em que as negras de ganho – escravizadas que realizavam os trabalhos de rua – ofereciam seus quitutes, dentre os quais se insere o acarajé. Seriam, pois, essas quitandas as antecessoras dos tabuleiros de acarajé, tão populares nas ruas de Salvador.

Interessante recordar que o ato de produzir e vender comida na rua, com intenções de um consumo imediato, faz alusão, de alguma maneira, aos mercados africanos, espaço em que as mulheres se destacam, atuando como comerciantes. As baianas de acarajé são, portanto, herdeiras das comerciantes dos mercados africanos, das quitandeiras em tempos de ganho, dos saberes e culturas do patrimônio gastronômico africano.

Falar de acarajé é falar de ancestralidade, de orixá, de axé, afinal de contas, trata-se de um alimento relacionado com o culto dos orixás. Para o candomblé, a religião de base africana constituída na

O domínio de *lansã* sobre o fogo e a sua predileção pelo acarajé pode ter alguma relação. Diferentemente do que costumamos ler e ouvir a respeito da etimologia da palavra acarajé, a etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, no livro **Falares africanos na Bahia** (2002), afirma que acarajé vem do Banto, *acará*, que significa fogo, tacar fogo, incendiar. Nesse sentido o acarajé pode ser entendido, ritualmente, como a bola de fogo que alimenta a deusa que divide com Xangô o poder sobre esse elemento. E, nesse sentido, até retomaria o conto que narra o contexto em que Oyé e Xangô passam a dominar o fogo.

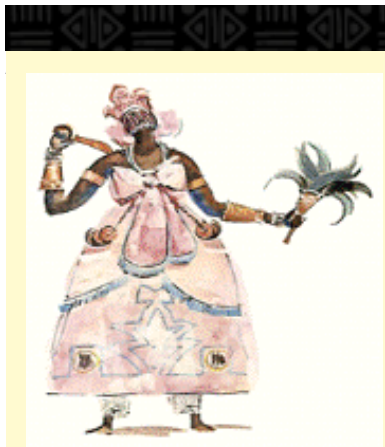


Figura 8. *lansã*. Fonte: Pintura de Caribé

O acarajé é o principal alimento consagrado e oferecido à *lansã/Oyé*, a menina ligeira, guerreira por excelência. Orixá feminino que se negou a ser submissa aos orixás masculinos. Combativa, defensora e mãe zelosa. Aquela que pode ser suave como uma borboleta ou brava como um búfalo. A mulher que divide com Xangô, o rei justiceiro, dos iorubás, o poder sobre o fogo.

A comida acolhe, congrega pessoas em torno de uma mesa para o sagrado ato de alimentar o seu *ará*, o seu corpo, o templo principal, já que é morada do divino. Por ser uma representação da presença das tradições africanas, da cultura, da gastronomia e da religião negro-africana no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, tombou o acarajé como patrimônio cultural. Já as baianas de acarajé foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), em 2012, como patrimônio imaterial da Bahia.

O acarajé reúne a comunidade, o coletivo; contribui com o estabelecimento de diálogos com o divino, que também é alimentado por meio desse quitute; movimenta a economia, uma vez que é o bolo que garante o pão de cada dia a muitas famílias.

Por tudo isso, o ofício da baiana de acarajé tem uma profunda relação com a Afro-Brasilidade. É a reprodução de uma atividade desempenhada por nossas ancestrais, é parte do ato sagrado de alimentar, é uma nobre representação da permanência de hábitos, costumes, saberes e sabores que se relacionam com a história dos africanos e dos seus descendentes no Brasil.

O acarajé carrega símbolos, valores ligados a civilizações e culturas africanas, evidenciadas a partir dos mecanismos de produção que se relacionam com as técnicas utilizadas no processo artesanal que dá base a essa produção gastronômica. O acarajé traz significados sociais, ao representar comunidades e religiosos e identificar rituais de louvores a uma mulher guerreira que convida suas devotas a enfrentarem a vida com a coragem que lansa representa.

2.4. LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES

Sabemos que a literatura expressa o comportamento e a ideologia de uma determinada sociedade em um dado momento de sua história. Sob esse aspecto, observamos como alguns autores

brasileiros, do Brasil colonial ao início do século XX, não se desvincilharam dos estereótipos criados pelo eurocentrismo, a respeito dos negros escravizados e de seus descendentes, alimentando no imaginário do leitor o preconceito racial e o processo de marginalização dessa população.

Tal fato ocorre, por exemplo, no nosso Romantismo, em textos literários como a peça **O demônio familiar**, de José de Alencar, no livro de novelas **As vítimas algozes**, de Joaquim Manuel de Macedo, ou no romance **A escrava Isaura** do escritor mineiro Bernardo Guimarães, cujos personagens negros surgem respectivamente, como o escravo subalterno e infantilizado, o escravo-demônio capaz de assassinar o “bom senhor” em nome de vingança, ou o escravo nobre, “que vence por força de seu branqueamento, embora a custo de muito sacrifício e humilhação”, como aponta o pesquisador, escritor e ensaísta brasileiro Domício Proença Filho (2004).

No Brasil do final do século XIX, a intelectualidade brasileira é fortemente influenciada pelas teorias racialistas vindas da Europa, as quais, pregando a superioridade da raça branca sobre as demais, menosprezavam as “raças mestiças”, que, segundo autores como o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), seriam responsáveis pela degenerescência biológica e até mesmo pelo desaparecimento do povo brasileiro. (SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de, 2013).

Esse racismo científico se expressa em obras guiadas pela estética naturalista, como, por exemplo, **O cortiço** (1890), do escritor Aluísio Azevedo, que através da personagem Rita Baiana, fortalece estereótipos, atribuindo a ela características relacionadas ao “poder destrutivo da mulata feita toda de pecado [o que] acarreta o assassinato de Firmo, seu amante capoeirista, e a desagregação da família de Jerônimo, o imigrante”, como afirma o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (DUARTE, 2009, p. 67)

Ainda no século XX, a pesquisadora e escritora Conceição Evaristo (2009) observa que, infelizmente, o estereótipo da mulata sensual persiste em determinados autores, como no caso da “personagem central do romance **Gabriela, cravo e canela** (1958), de

Jorge Amado, com a sua postura de uma ingênua conduta sexual “(EVARISTO, 2009, p. 24).

A mulher negra, nesses casos, será colocada na condição de corpo disponível ao livre prazer, sedutor, sem compromissos, destacadamente erótico. Sem vínculos familiares e tantas vezes estéreis. Questões como essas, que atravessam obras como as de Aluísio Azevedo e Jorge Amado precisam ser problematizadas, diante do trabalho com esses textos, para que, de fato, ocorra uma desconstrução das ideias racistas perpetuadas nessas produções.

Em decorrência do sistema, do racismo estrutural que já se fazia presente na sociedade brasileira, poucos escritores negros conseguiram espaço na cena e literária, como ocorreu com a maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e com o escritor baiano Luiz Gama (1830-1882), considerados os pais da literatura

afro-brasileira, e com os textos marcados pela etnicidade negra do carioca Machado de Assis, apenas recentemente valorizados, sobretudo a partir da publicação, em 2007, do livro **Machado de Assis afrodescendente**, de Eduardo de Assis Duarte.

Conforme aponta Eduardo de Assis Duarte (2011), apenas no século XX, na década de 1980, foi possível verificar o crescimento da produção de escritores, que se apresentam como negros, inseridos nos debates acerca das identidades étnicas e raciais, colocando esses assuntos na cena cultural brasileira. Desde então as reflexões acadêmicas analisam essa literatura.

Esse tipo de texto literário compõe o que chamamos de literatura afro-brasileira, que é, efetivamente, uma vertente da literatura brasileira, construída a partir de vozes negras, que se utilizam de seus textos para questionar, denunciar e reivindicar.

A-Z

Mito da democracia racial

Trata-se de um conceito, que nega a existência do racismo no Brasil ao afirmar uma suposta convivência harmônica, sem condições desiguais, entre todos os grupos étnicos e raciais que compõem a sociedade brasileira.



Figura 9. Escritoras e escritores da Literatura Afro-Brasileira. Ilustração: Letícia Graciano.

Questiona-se o lugar do negro nessa sociedade, o **mito da democracia racial** que assombra o imaginário brasileiro, o sistema excludente que orienta nossas políticas e marginaliza o negro e tudo que se relaciona com ele, a violência em suas várias instâncias, o racismo e tantos outros aspectos perturbadores.

Agora, no lugar de quem enuncia o texto, de quem produz literatura, as escritoras e os escritores afro-brasileiros tomam posse da história oficializada e se dão ao direito de recontá-la. Colocam o negro

no protagonismo das histórias e contam suas narrativas a partir desse lugar, desarticulando estereótipos. A literatura afro-brasileira se faz, pois, uma forma de resistência e afirmação das identidades negras, firmando pactos com a ancestralidade africana, com as culturas, com as estéticas e os valores civilizatórios vindos de lá.

De acordo com a escritora brasileira Conceição Evaristo (2007), alguns traços são característicos do discurso literário afro-brasileiro. E nesse sentido ela aponta: a afirmação de um pertenc-

cimento étnico; a busca e a valorização de uma ancestralidade africana; a pretensão de construir um discurso que desmonte os estereótipos; a proposta de reescrever a história brasileira dando aos negros o lugar devido e, por fim, a denúncia do racismo e das injustiças sociais.

O que difere a literatura afro-brasileira da literatura brasileira diz respeito, especialmente, ao comprometimento dos escritores com as questões étnicas e raciais presentes no imaginário e na sociedade brasileira. São negras e negros que assumem sua etnicidade e, sempre aliados às questões que atravessam os dilemas de ser negro no Brasil, produzem poemas, contos, crônicas, romances que apresentam histórias, saberes, religiosidades, culturas, reflexões sociais que evidenciam os desafios da comunidade negra no Brasil e a importância desse povo na construção da identidade nacional.

A literatura afro-brasileira é a literatura de Maria Firmina dos Reis e de Luiz Gama, considerados os fundadores dessa literatura, de Lima Barreto, de Solano Trindade, de Carolina Maria de Jesus, de Cuti, de Conceição Evaristo, de Eliana Alves Cruz, de Cidinha da Silva, do escritor baiano Itamar Vieira Junior, no seu incrível romance **Torto arado (2019)**, cuja trama se desenvolve na Chapada Diamantina, e tantas escritoras e escritores que enobrecem esse país.

**VOCÊ JÁ LEU LITERATURA AFRO-BRASILEIRA?
SE NÃO LEU, CHEGOU A HORA.**

2.5 NA TRANÇA DOS SEUS CABELOS: MEMÓRIAS E SABERES

Em uma sociedade racista, como a nossa, o corpo negro e suas características são, muitas vezes, reduzidos a compreensões

pejorativas. Afinal de contas, o imaginário social foi construído, basicamente, por orientações que elegem o modelo branco como o ideal de beleza, alvo de admiração. Nessa perspectiva, os traços físicos dos corpos negros e a textura de seus cabelos, tendem a ser desvalorizados por não se refletirem no espelho da estética branca.

A sexualização dos corpos negros será, diversas vezes, o único argumento utilizado para justificar olhares de admiração, por parte daqueles que têm um imaginário social impregnado por lógicas racistas. Nesse sentido, destacam-se os estereótipos ligados aos seios, às nádegas das mulheres negras e a uma suposta potência sexual atribuída a homens e mulheres negras. O olhar racista sobre os corpos negros, afirma e enaltece essas características, a fim de defini-los através dessa perspectiva.

Eis as consequências da colonização que quis transformar negras e negros em peças, coisas, e, tantas vezes, em objetos sexuais, pensando-os como corpos exóticos. Coisa de gente racista. Dentre os argumentos utilizados para diminuir corpos negros destaca-se, sem dúvida, o cabelo. Quantas vezes você ouviu falar em cabelo duro, cabelo ruim? Quantas vezes você viu debocharem do volume ou dos modelos de utilização do cabelo crespo?

Quantas vezes você viu ou ouviu falar de mulheres se utilizando de ferro quente, chapinha ou tantos outros meios para alisar os cabelos? Tudo isso em busca de acolhimento ou aceitação social, afinal de contas, o que é eleito como belo dita tendências, sugere como devemos nos portar.

NÃO EXISTE CABELO DURO OU CABELO RUIM. O RACISMO, SIM, É DURO E RUIM. O PRECONCEITO MATA.



Figura 10. Menina negra sorrindo. Fonte: Unsplash.

De acordo com Luane Santos (2019), na história das famílias negras é muito comum o hábito de trançar os cabelos, especialmente, os das meninas. Esse é um dos primeiros recursos estéticos utilizados na manipulação dos cabelos crespos, inclusive para mandar as crianças para a escola ou a ambientes em que se suponha que devam estar mais arrumadas. Os penteados trançados costumam acompanhar as mulheres negras por muitos anos, ao longo de suas vidas.

Um importante aspecto que podemos destacar diz respeito aos conhecimentos guardados no ato de trançar os cabelos. E nesse sentido, estamos falando de algo além dos conhecimentos ancestrais e culturais. Apontamos para a questão **etnomatemática**. Pesquisas demonstram que os diversos desenhos e as distintas técnicas utilizadas pelas trançistas carregam conhecimentos matemáticos que garantem a precisão e o êxito das propostas.

A-Z

Etnomatemática

Abordagem da matemática a partir de práticas relacionadas a grupos étnicos, em nosso contexto, trata-se da presença da matemática na produção dos desenhos feitos a partir das tranças.



Figura 11. Tranças com desenhos matemáticos. Fonte: Luane Santos – Aútoría e acervo.

O hábito de trançar os cabelos é uma das heranças deixadas por nossos ancestrais africanos que permanecem vivas nas memórias e nos costumes afro-brasileiros. São modos comuns de pentear.

Conforme sinaliza a pesquisadora brasileira Luane Santos (2019) os Movimentos Negros consideram os cabelos trançados como símbolo de afirmação das identidades de seus povos, a partir do momento em que compreendem que as tranças são legítimas representantes de uma estética capilar que se sustenta na memória, e se apresenta identificando e sendo traduzida a partir de corpos negros.

Sob esse aspecto, trançar os cabelos se torna, então, um ato político, já que está preenchido de representatividade, a ponto de se constituir como um bem cultural do patrimônio afro-brasileiro. O reconhecimento das várias técnicas e desenhos produzidos pelas tranças representa uma releitura, acerca das perspectivas relacionadas aos corpos e aos cabelos dos negros e das negras. Trata-se de uma ruptura com os estereótipos.

Importante destacar o papel das mulheres negras na manutenção das memórias que permitem o exercício e a prática das trançistas. Elas atuam como uma espécie de porta-vozes dos

conhecimentos trazidos pelas ancestrais que trouxeram para a cultura brasileira essas técnicas de estilização dos cabelos.

Ao mesmo tempo, essas mulheres podem representar fontes de informação a respeito dos cuidados estéticos orientados pelo legado africano. Assim como acontece no caso das baianas de acarajé, no universo das trançistas, as mulheres negras atuam como responsáveis por espalhar e manter sempre viva as memórias e as culturas africanas.

Ocupando os mais diversos espaços para disponibilizar suas habilidades, garantir seu sustento e contribuir com o reconhe-

cimento da beleza das estéticas afro-brasileiras, essas profissionais levantam a bandeira das culturas africanas, impõem respeito a ela e provocam o repensar sobre os modelos do que é o belo. Participam ativamente, então, do processo de reconstrução de imagens relativas à estética corporal negra, construídas, nessa perspectiva. Por tudo isso, devemos compreender que, para a população negra, muitas vezes, trançar os cabelos é mais do que a adoção de um código estético. Trata-se de um processo de tomada ou retomada de símbolos da herança cultural de seus ancestrais, demonstrando, nesse caso, um dos aspectos da resistência desassociadas dos estereótipos e do racismo.



Expectativa de aprendizagem

Espera-se com esse exercício que seja percebido o fato de que a valorização da etnicidade, tal qual podemos observar na fala de Carolina Maria de Jesus, ao expressar seu orgulho por seu cabelo crespo e por sua pele negra, assim como demonstram os versos de Cuti; inspiram, de alguma maneira, à reflexão e, conseqüentemente, ao rompimento com esse modelo monocultural, etnocêntrico e, automaticamente, excludente, que rege a nossa sociedade e provoca tantas dores e sofrimentos, produzidos em decorrência da negação de si, o que gera subjetividades frágeis, inferiorizadas, destituídas de amor-próprio.

A palavra afroliterária é capaz de acessar e penetrar nos imaginários, desarticular estereótipos, auxiliar na cura das feridas deixadas pela discriminação e fazer brotar, em cada leitor, especialmente os leitores negros, o respeito por sua ancestralidade e a admiração por suas marcas identitárias, sejam relação a suas características físicas ou no que diz respeito aos aspectos culturais.



Texto I

16 de junho

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos.

Eles respondi-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo-se êles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico.

Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco.

Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é

só dar um movimento na cabeça êle já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que

existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 14. ed. São Paulo: Ática, p. 64)

Texto II

AVE

Não sou urubuwww.fora
pra comer a carniça do Ocidente
e a podre culpa de brancos

Nem sou a pomba da paz
pra churrasquinho dos ditadores

Sou a ave da noite
Sou ávida noite
que bate asas de vento
e traz um canto agourento
ao sonho dos opressores
e traz um canto suave
a despertar outras aves
pro revoar da justiça.

CUTI. **Batuque de tocaia**. São Paulo : Ed. do Autor, 1982 (poemas).

Texto III

“Um dos aspectos primordiais que a meu ver definem a literatura negra [...] é o fato de a literatura negra do Brasil — ou afro-brasileira — ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria a sua própria história; [...] Só pode ser considerada literatura negra, portanto, a escritura de africanos e seus descendentes que assumem ideologicamente a identidade de negros”

(LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. p.206-207)

Associe o texto da escritora Carolina Maria de Jesus e do poeta Cuti à afirmação da ensaísta Luiza Lobo, destacando a valorização das marcas da etnicidade negra como traço característico da denúncia social e da resistência na literatura afro-brasileira.

CAPÍTULO 3

**AO SOM DO ATABAQUE.
AO NEGRO TOQUE DO AGOGÔ**



AO SOM DO ATABAQUE, AO NEGRO TOQUE DO AGOGÔ

INTRODUÇÃO

Nesse capítulo iremos pensar sobre traços marcantes da afro-brasilidade, presentes no mundo dos sons, representados, aqui, pelos blocos afros, pelos afoxés e pelo samba de roda.

Consideraremos, também, a afro-religiosidade que se apresenta, no Brasil, a partir das irmandades negras, do sincretismo (entre a sacralidade africana e a sacralidade católica) e, finalmente, refletiremos sobre o candomblé, considerando seus aspectos simbólicos.

A-Z

Mafalala

Bairro de Maputo, na capital de Moçambique.

Zagaia

Lança ou utensílio de pesca.

3.1 QUERO SER TAMBOR: SONS DA AFRO-BRASILIDADE



Quero Ser Tambor

Tambor está velho de gritar
Oh velho Deus dos homens
deixa-me ser tambor
corpo e alma só tambor
só tambor gritando na noite quente dos
trópicos.

[...]

Só tambor velho de gritar na lua cheia da
minha terra
Só tambor de pele curtida ao sol da minha
terra

Só tambor cavado nos troncos duros da minha
terra.

Eu
Só tambor rebentando o silêncio amargo da
Mafalala
Só tambor velho de sentar no batuque da minha
terra
Só tambor perdido na escuridão da noite perdida.

Oh velho Deus dos homens
eu quero ser tambor
e nem rio
e nem flor
e nem **zagaia** por enquanto

e nem mesmo poesia.
Só tambor ecoando como a canção da força e
da vida
Só tambor noite e dia
dia e noite só tambor
até à consumação da grande festa do batu-
que!
Oh velho Deus dos homens
deixa-me ser tambor
só tambor!

CRAVEIRINHA, José. **Karingana ua Karingana**.
Moçambique: Associação dos escritores mo-
çambicanos/Instituto nacional do livro e do
disco. 1974.

Escrito por José Craveirinha, um dos maiores poetas moçambicanos, o poema **Quero ser tambor**, já recitado por Maria Bethânia, em espetáculos nos quais a cantora interagia com textos literários, e dialogava com eles, traz à cena uma poética de protesto e reivindicação da africanidade.

Nesse texto, o eu-lírico, a voz que enuncia a poesia, admite o tambor como símbolo moçambicano, das culturas do continente africano e, a partir dessa perspectiva, clama por seu direito de ser moçambicano, de se manter vinculado às culturas africanas, enfrentando, de alguma maneira, os pressupostos do colonialismo, que pretendiam silenciar essas culturas.

Assim, o desejo de ser tambor se relaciona, na perspectiva do poeta, com a busca pelas identidades nacionais, pelos valores moçambicanos. E para todos nós, ser tambor é estar aliado ao contexto da negritude, ao orgulho de ser negro e, por isso, de afirmar nossas culturas, nossas tradições, nossos rituais. Craveirinha nos apresenta, a partir dessa poesia, uma defesa das raízes culturais africanas, uma festa do batuque, embalada – como afirma em seus versos – pela “canção da força e da vida”.

Relação similar à que o poeta estabelece com a figura do tambor, podemos observar com os atabaques – esse mesmo tambor de que Craveirinha fala – e que revela, no contexto brasileiro, a presença e permanência de africanidades na sonoridade produzida em cenários afro-brasileiros.

O atabaque, que participa dos sambas de roda do recôncavo, dos blocos afro, dos afoxés, dos ritos do candomblé, anunciam, convocam, evocam valores africanos, gestos, cantos e encantos gerados a partir do que fizemos, enquanto povo, com as heranças culturais de nossos ancestrais vindos do continente africano. E nesse sentido, todas as manifestações da afro-brasilidade destacadas, aqui, nesse capítulo, são unidas por um mesmo instrumento: o tambor, que, aliado ao agogô, produz uma cadência

que representa tão bem o universo sonoro estabelecido pela cultura afro-brasileira.

Se pensarmos no tambor como um desbravador, como aquele que abre os caminhos para que a musicalidade afro-brasileira se faça, seguindo os trajetos pelos quais, o eco dos atabaques ressoa, podemos nos esbarrar com processos educativos amparados pelas vozes que acompanham os tambores.

Histórias que a história oficializada não nos conta e que nos apresentam heroínas e heróis negros, africanos, trazendo para as ruas, para as festas populares conhecimentos sobre as histórias e as culturas da Nigéria, do Mali, de tantos povos e territórios africanos que interagem com a nossa realidade, com a nossa formação, com o nosso imaginário. Aspectos que tornam possível o enaltecimento de identidades negras, a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

De acordo com o pesquisador brasileiro Nei Lopes, em **A presença africana na música popular brasileira** (2005), é em meio aos movimentos pelos direitos dos negros que os blocos afros surgem, tendo como objetivo uma espécie de reafirmação do carnaval de rua na capital baiana, recorrendo a temas que estabelecem uma conexão direta com o continente africano e com a afirmação da negritude, criando, assim, uma nova estética.

Movidos pelos ideais de afirmação das culturas negras e de enfrentamento e desarticulação do racismo, os Blocos Afros trazem para o carnaval, para o imaginário musical da Bahia, discursos alinhados com as propostas de líderes negro-africanos e afro-brasileiros.

Nelson Mandela, Nzinga, Zumbi, Dandara e tantos personagens negros sustentam, com suas histórias, propostas e vivências, os enredos trazidos pelas canções de força entoadas pelos blocos afro. Até hoje o *Ilê Ayê* mantém a perspectiva política de ser integrado apenas por membros negros.



Figura 12. Bloco Afro Ilê Ayê. Fonte: Divulgação/SecultBA.

O Ilê Ayê é pioneiro nesse processo. Em busca da valorização da ancestralidade africana e sob as influências dos movimentos negros americanos, o mais antigo dos blocos afro do Brasil, foi fundado em 1974, no bairro da Liberdade, em Salvador.



Figura 13. Olodum. Fonte: Divulgação.

Em geral, a atuação dos blocos afros vai além do espaço-tempo do carnaval, ocupando, conforme sinaliza Nei Lopes (2005), um espaço dentro de um projeto estético-político que se relaciona com um trabalho de recuperação, de preservação e de valorização da cultura africana, além de preocupar-se, também, com o desenvolvimento comunitário.

A musicalidade do Ilê vem abordando culturas africanas espalhadas pela diáspora, personagens negros que precisam ser reconhecidos pelo povo, a religiosidade de matriz africana, e tantos outros elementos de afirmação, que, através das músicas, dos ritmos e das memórias, fornecem argumentos e conhecimentos que contribuem com a valorização da afro-brasilidade.

A proposta do mais velho dos blocos afros foi replicada ao longo da história, fazendo nascer outros tantos blocos. Dentre eles o Muzenza, o Olodum, o Cortejo Afro, o Bankoma, o bloco afro Araketu, e tantos blocos baianos, como esses que citamos, e outros blocos afros, espalhados pelo Brasil.

O trabalho do Olodum e do Ilê Aiyê, por exemplo, nas comunidades em que se inserem, se destaca à medida que essas atividades alcançam dimensão e reconhecimento internacionais.

Os blocos afros representam, de alguma maneira, um método pedagógico e, porque não, lúdico, orientado por valores étnico-raciais, que recorrem aos sons, à música, para construir e fortalecer conhecimentos relativos às culturas e as histórias africanas e afro-brasileiras.

Os blocos afros são aulas de história a céu aberto, cantadas por negras e negros que reverenciam narrativas que podem contribuir com a afirmação das identidades negras em uma sociedade

racista. E talvez seja sob esse aspecto que possamos verificar uma das maiores relevâncias dos blocos afro: a resistência, que se faz desde o fato de existirem, passam pelas temáticas que recordam, refletem e anunciam; e chegam até às identidades que podem influenciar e construir. A resistência se apresenta em aspectos culturais, estéticos, políticos e sociais, relacionados com as populações afro-brasileiras.

Pensando, ainda, sobre movimentos que, tendo a música como metodologia, levam multidões às ruas, ao som dos atabaques e ao negro toque do agogô, não podemos deixar de falar dos Afoxés.

E O QUE DIFERENCIA OS AFOXÉS DOS BLOCOS AFRO?



Figura 14. Afoxé – Instrumento. Fonte: Divulgação.

Para além de um instrumento musical de percussão, que pode ser construído até de modo artesanal, a palavra afoxé identifica grupos carnavalescos, presentes em diversas partes do território brasileiro, atrelados, diretamente, às religiões de matrizes africanas.

Os Afoxés trazem elementos do candomblé, tais como cantigas em línguas africanas, instrumentos musicais, como os atabaques, os agogôs e as cabaças, além da utilização de símbolos também relacionados ao repertório cultural africano.

O antropólogo Raul Lody (1976), chama a atenção para o aspecto religioso dos afoxés, afirmando que esses grupos tomam a religião dos orixás como motivação para sua construção, assim como para a realização das apresentações. O afoxé está sempre aliado a um terreiro de candomblé e reproduz cantos e danças relativos ao universo musical das comunidades afro-religiosas.

Segundo Lody (1976) a referência para os afoxés surge a partir das primeiras aparições de agremiações, tais como a Embaixada Africana, os Pândegos da África e outros grupos dos carnavais de Salvador na década de 1890. Essa ideia é negada por alguns pesquisadores, conforme sinalizam os professores e pesquisadores Alex Ratts e José Paulo Teixeira (2014), considerando que o cortejo daqueles grupos, a Embaixada Africana e o Pândegos da África, incluía personagens e alegorias que não compõem os afoxés contemporâneos, tais como o rei, a rainha e o guarda de honra, mais comuns em congados e reinados.

Segundo Nei Lopes (2005), os afoxés se fazem presentes na cultura nacional entre 1890 e 1920, quando declinam, ressurgindo na década de 1940. É possível considerar que a presença dos afoxés na cultura brasileira tenha ganhado destaque na década de 70 do século XX, especialmente em cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, em apresentações carnavalescas, eventos culturais ou, ainda, em atividades relacionadas ao Movimento Negro.

Nei Lopes (2004) refere-se ao Afoxé, chamado, também, de candomblé de rua, como um cortejo carnavalesco, promovido por adeptos da religião dos orixás. Segundo o pesquisador, o termo vem da língua iorubá, *àfose* ('encantação', 'palavra eficaz, operante'). De acordo com a origem histórica do termo, os antigos afoxés buscavam encantar os concorrentes.

Pensar nos afoxés é considerar uma ação dos grupos do candomblé, que a partir do enaltecimento da religião deixada por

nossos ancestrais africanos, no embalo das cantigas e ritmos típicos das cerimônias religiosas, buscavam instaurar, de maneira mais incisiva, africanidades no carnaval da Bahia.



Figura 15. Filhos de Gandhi. Fonte: GOV-BA / Creative Commons.

Fundado em 1948, na cidade de Salvador, o Afoxé Filhos de Gandhi pode ser considerado um dos maiores representantes dos afoxés. Criado com o intuito de propagar o culto dos iorubás, como método de afirmação étnica, esse afoxé espalha encantos nagôs pelas ruas da cidade e conduz milhares de pessoas ao encontro da magia do candomblé de rua. Em 1951 um afoxé homônimo foi fundado no Rio de Janeiro.

Ao lado do bloco afro Ilê Aiyê e com o afoxé Filhos de Gandhi, esteve o Afoxé Badauê, também chamado de Mensageiro da Alegria. Nascido em 1978, no Engenho Velho de Brotas, bairro de Salvador, sob as influências de **Mestre Moa do Katendê**, um educador, compositor, percussionista, capoeirista, defensor das ideias de reafricanização do carnaval.

Tanto o Badauê como Mestre Moa tiveram participação fundamental no processo de fortalecimento da expressividade negra no carnaval. O Badauê, ao lado do Gandhi e do Ilê Ayê, inaugurou aspectos estéticos, performáticos, sonoros e comportamentais, que deram conta de reanimar a tradição dos afoxés. O ritmo do ijexa, à moda dos afoxés e blocos afros deu brechas para a criação do Axé Music. Apesar de todo seu destaque no cenário musical afro-baiano, o Badauê encerrou suas atividades em meados dos anos 90, do século XX.

Dentre as heranças das africanidades reveladas na sonoridade do Afro-Brasil, há um componente que, muitas vezes, rouba a cena, por ter caído no gosto de tantos brasileiros: o samba. Em meio às reflexões a respeito da música popular brasileira, o samba, ritmo considerado filho do *semba*, angolano, se destaca, especialmente no que diz respeito às construções culturais do Rio de Janeiro.

O samba, difundido no Brasil entre os séculos XIX e XX, é, muitas vezes, considerado o gênero musical dos cariocas, porém, trata-se de um gênero amplo que se desdobra em muitas e interessantes facetas.

Nesse capítulo, não vamos nos dedicar a pensar sobre o tão estimado e popular samba carioca. Vamos, então, voltar nosso olhar para uma faceta do samba que pode se constituir, de acordo com alguns pesquisadores, como uma das matrizes que contribuem para o estabelecimento do samba carioca tal qual o reconhecemos. Pensaremos, aqui, a respeito do samba de roda.

Considerando, a relação entre o samba de roda, do Recôncavo, e a constituição do samba carioca, um dos argumentos apontados por diversos estudiosos do tema, faz referência à imigração nordestina, para o sudeste, no final do século XIX como o fato que oportuniza esse vínculo. Interessante destacar que a migração de baianas e baianos para o Rio de Janeiro, nesse período, aconteceu como consequência das perseguições aos negros, como uma resposta à Revolta dos Malês (1835) e ao temor por um levante de rebeliões negras no Recôncavo.

Mestre Moa do Katendê foi assassinado, em 2018, durante o período de eleições presidenciais. Segundo as investigações policiais, o crime teve motivação política. Moa foi esfaqueado por defender o candidato com o qual suas perspectivas se alinhavam.



Nesse período sociocultural do país, a concentração de negras e negros baianos e a presença das chamadas Tias-baianas, na cidade do Rio de Janeiro, foram aspectos decisivos para a formatação do que será estabelecido como cenário musical da cidade.



Figura 16. Tia Ciata. Fonte: Divulgação/Acervo da Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata.

Dentre essas Tias, destaca-se na história do samba no Rio de Janeiro, uma figura conhecida como Tia Ciata. Hilária Batista de Almeida, baiana, de Santo Amaro da Purificação, mãe de santo e cozinheira. Essa filha de Oxum foi considerada um símbolo da resistência cultural negra e a maior das influenciadoras do samba na cidade, uma vez que as festas, em sua casa, serviam de berçário e porto de recebimento de sambas.

O samba de roda, apesar de estar espalhado por todo o estado da Bahia, se relaciona, de maneira muito específica com as formas do samba produzidas no Recôncavo. Esse samba pode ser dividido em dois tipos: o samba corrido e o samba chula, e suas principais diferenças se relacionam com a música e a dança.

Enquanto no samba chula, a dança e o canto nunca acontecem ao mesmo tempo, no samba corrido, a dança, o canto e os toques acontecem simultaneamente. Se no samba chula só é permitido que uma pessoa, por vez, sambe no meio da roda, no samba corrido podem sambar uma ou mais pessoas.

O samba de roda não está restrito a uma ocasião específica, um desfile ou uma apresentação. Acontece em diversas oportunidades, de acordo com a cultura local. Em festas religiosas, que mesclam as culturas católicas e afro-brasileiras, como as festas de Cosme e Damião; ao final dos candomblés ou das festas de caboclos, no Recôncavo, é muito comum que aconteçam.



Figura 17. Dona Nicinha do Samba. Fonte: Divulgação.

Nessa roda são entoados cantos curtos, acompanhados de palmas e instrumentos variados, como o pandeiro, a viola, o tambor, e muitos outros instrumentos que embalam o samba, marcado, muitas vezes, como um sapateado, miudinho, cadenciando gestos coreográficos nos quais se destacam os movimentos da cintura, das pernas e dos pés.

O samba de roda é um evento lúdico que acaba se construindo como símbolo de celebração. Por mais que haja um destaque para a associação aos eventos religiosos, essa não é uma condição. O samba pode acontecer em qualquer contexto ou cenário.

O samba de roda é uma experiência coletiva. Acontece a partir de uma reunião, de um grupo de pessoas que se organizam em roda ou a partir de um desenho próximo de algo circular.

A dinâmica se inicia quando, em meio aos cantos, alguém toma para si o centro da roda, onde samba sozinho, por alguns minutos, com o intuito de provocar a assistência, incitar a dança, a alegria. O convite ao próximo a dançar vem através da umbigada, de um toque com a perna ou por intermédio de gestos, mímicas que sugerem o convite.

É possível, também, que o samba de roda aconteça, apenas na palma da mão. Tudo depende da disponibilidade ou não disponibilidade de instrumentos. Algumas das canções são cantigas de roda, outras são próprias dos terreiros, normalmente cantadas para os caboclos ou por eles. Outras vezes, as canções revelam trovas, poesias e versos. Nessas celebrações da alegria, todos os presentes são convidados a participar, a interagir com a coletividade, seja cantando, tocando, batendo palmas, respondendo aos refrãos. O importante é participar daquela troca de energias.

O samba de roda é produto de um sistema de trocas interculturais. Relaciona-se com hábitos afro-brasileiros, mesclados a instrumentos europeus, tudo isso aliado à simbologia da roda, às saias rodadas e estampadas que tantas vezes compõem as indumentárias femininas, ainda que não se tenha, efetivamente, um pré-requisito, nesse sentido, aos aspectos das religiosidades que servem de pano de fundo, à tradição oral que permite o aprendizado das cantigas que reforçam as identidades daquela região majoritariamente negra.

O samba de roda, símbolo de alegria, de ludicidade foi considerado Patrimônio Cultural do Brasil em 2004, pelo IPHAN; e em 2005 foi considerado pela UNESCO como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

3.2 A RELIGIOSIDADE AFRO E O SINCRETISMO RELIGIOSO: A FESTA DO BONFIM E A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS

Conforme pontuamos em diversos momentos de nossas análises, a resistência cultural e social foi uma das mais marcantes características dos africanos e dos seus descendentes no Brasil.

A capacidade de organização foi um artifício importantíssimo para que o objetivo da resistência fosse alcançado. Por meio das organizações negras, os africanos e afro-brasileiros, especialmente logo após a dita abolição, puderam contribuir com a criação de redes que pretendiam a proteção e a inserção dos negros na sociedade. As Irmandades Negras ou Confrarias foram as primeiras instituições negras reconhecidas e tiveram fundamental importância na construção dos terreiros de candomblé.

Por intermédio de um mecanismo sincrético, que se propunha a trazer aspectos da religiosidade católica em associação a valores africanos, a proposta das Irmandades era a de estabelecimento de uma organização negra, autônoma, que pudesse oferecer um ambiente propício à sociabilidade, à fraternidade, um ambiente que oferecesse a ideia de representação e acolhimento, proteção e assistência, além de possibilitar a manutenção das identidades étnicas.

Interessante destacar o papel das irmandades, com relação às alforrias e à luta pela abolição. Essas instituições foram grandes recolhedoras de fundos que tornaram possível a execução dessas atividades, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia, além de, com esse dinheiro, realizarem festejos, obrigações religiosas, missas, caridade, comprarem roupas, etc.

A memória coletiva da cidade de Salvador afirma que culto ao Nosso Senhor do Bonfim teve início em 1745, quando a imagem foi levada por um capitão português à “sagrada colina, mansão

da misericórdia” – como afirma o hino dedicado ao santo – como forma de pagamento de uma promessa, após sobreviver a uma intensa tempestade.

A tradição da lavagem da escadaria da igreja surge em um período em que os escravizados tinham como uma de suas obrigações a limpeza da entrada do templo sagrado. Recorrendo, uma vez mais ao sincretismo, o ato de lavar a escadaria foi sacralizado. O Senhor do Bonfim foi associado ao orixá Oxalá, e desde então muitos de seus devotos se misturam em uma das maiores representações da religiosidade afro-baiana.

Cantos, danças, indumentárias do candomblé e símbolos católicos se misturam em um só ato de fé. O circuito que termina aos pés da basílica atrai milhares de pessoas. Representa uma manifestação o cultural afro-brasileira, admirada por todos, sob esse aspecto, o cultural, mas que divide opiniões no campo religioso.



Figura 18. Mãe Stella de Oxóssi – Odê Kayodê. Fonte: Catálogo Mulheres Negras do Brasil – Foto: Adenor Godin.

Alguns religiosos, como a saudosa Mãe Stella de Oxóssi, do Ilê Axé Opô Afonjá, reconhecem o sincretismo como fato histórico, mas creem que fazer uso dele, hoje, é além de desnecessário, um processo de regressão. Outros seguem, apenas, o fluxo da tradição, sem questionar seus efeitos ou necessidades na contemporaneidade. E você já pensou sobre esse assunto?

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, um dos destaques do centro histórico, é uma das igrejas da Bahia que foram construídas pelas mãos de negros escravizados. A construção, que durou cerca de um século, foi realizada por membros da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos do Pelourinho.

Além da beleza do estilo rococó, a igreja chama a atenção pelo processo litúrgico que se processa naquele cenário. As missas com todos os preceitos do catolicismo, tem o perfume dos defumadores e uma orquestra formada por atabaques, agogôs e outros instrumentos de percussão que trazem identidades particulares àquele templo.

3.2.1 AS IRMANDADES NEGRAS E O CANDOMBLÉ: AMBIENTES DE RESISTÊNCIA

O etnólogo francês Pierre Verger (1997) aponta que as confrarias religiosas, sob a égide da Igreja Católica, eram responsáveis, também, por separar as etnias africanas.

Os pretos de Angola compunham a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, fundada na Igreja Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho. Já os daomeanos (gêges) ficavam sob a devoção de Nosso Senhor Bom Jesus da Necessidade e a Redenção dos Homens Pretos, na Capela 38 do Corpo Santo, na Cidade baixa.

Os iorubás ou nagôs, em profunda maioria pertencentes à nação Ketu, se organizavam em duas irmandades: uma de mulheres, a de Nossa Senhora da Boa Morte; outra reservada aos homens, a de Nosso Senhor dos Martírios.

Segundo Verger, em seu livro **Orixás** (1997) muitas mulheres, caracterizadas como enérgicas e voluntárias, vindas de Ketu, antigas escravizadas libertas, pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Igreja da Barroquinha, teriam tomado a iniciativa de criar um terreiro de candomblé, próximo a igreja da Barroquinha, chamado Ìyá Omi Àse Àirá Intilé.

De acordo com Pierre Verger (1997), ao tratar sobre os primeiros terreiros de candomblé, esse templo, o Ìyá Omi Àse Àirá Intilé,

mudou-se por várias vezes, dentro da cidade de Salvador, até se estabelecer na Avenida Vasco da Gama, agora trazendo no nome uma referência direta a uma de suas fundadoras, chamando-se, então, Ilê Axé Iya Nassô Oká reconhecido, também, como Terreiro da Casa Branca, a primeira casa de candomblé dessa etnia.

A casa mãe dos candomblés Ketu deu origem a diversos terreiros, em especial ao Terreiro do Gantois, por volta de 1850, e ao Opô Afonjá, em 1910, fundados em Salvador e a tantos outros pelo país, conforme é o caso do Ilê Iya Nasso Oka Ilê Oxum, fundado em 1971 pela saudosa Mãe Nitinha de Oxum, na Baixada Fluminense.

Em meio ao processo de escravização, segundo o historiador camaronês Achille Mbembe (2014), a religiosidade tornou-se a forma mais eficaz de afirmação das identidades negro-africanas, mostrando-se um forte aspecto de resistência aos valores ocidentais.

Longe dos olhos dos escravocratas ou tentando confundi-los, através do sincretismo, os negros-africanos e seus descendentes persistiram na devoção aos orixás, inkisses, voduns e ancestrais. Conectar-se com essas forças era um importante nutriente para a sobrevivência nesse novo mundo que buscava exterminar as culturas africanas.

Frente à conquista das alforrias, africanos e negro-brasileiros começam a estruturar os terreiros de candomblé, em Salvador, até hoje cidade com maior contingente de negros fora do continente africano. Organizados a partir das identidades étnicas que atravessavam a cidade, os terreiros de candomblé funcionaram como espaços de afirmação de africanidades, indo na contramão das culturas dominantes. Essa perspectiva se mantém até os dias de hoje.

Como fenômeno cultural da diáspora, comunidade litúrgica afro-brasileira, os terreiros de candomblé se fazem núcleos de um patrimônio simbólico regido por valores sociais e culturais, cânticos, contos e saberes, rituais, crenças e práticas das africanidades, passíveis de reinterpretção frente à realidade diaspórica.

A cartografia do terreiro propõe, de certo modo, uma recriação de Áfricas. O culto de variadas divindades africanas trazidas ao

Brasil, em um mesmo território é, de certo modo, uma proposta de reconstrução, aqui, das Áfricas que nos formam.

Os candomblés se evidenciam como espaços de preservação de um legado africano e, por todos os aspectos culturais que abrigam, pelos valores civilizatórios que carregam, revelam-se cenários propícios à construção de saberes, dado seu caráter educativo e formador, sustentado pela oralidade, pelo ato litúrgico de contar histórias e, a partir da reflexão das experiências narradas, traduzir destinos. Em minha tese de doutorado, intitulada **Ecos de lá, vivências de cá: narrativas orais, memórias e saberes** (2020), defendida no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof. Dra. Renata Flávia da Silva, trato de modo mais profundo sobre esse olhar a respeito dos saberes e da oralidade no candomblé.

Dialogar com a sabedoria guardada pelos terreiros é contribuir para a propagação do necessário processo de decolonialidade. Constitui-se, pois, como ruptura com as barreiras erguidas pela hegemonia que orienta a subalternização.

ENCERRAMENTO

Encerramos aqui o texto do nosso Caderno de Culturas Africanas e Afro-brasileiras, cuja construção, como mencionamos em nossa apresentação, foi direcionada pelo objetivo de refletirmos juntas/os sobre o processo de (re)educação para as relações étnico-raciais. Nesse sentido, apresentamos reflexões sobre diversos aspectos, relacionados às manifestações culturais, a fim de contribuir com a descolonização dos imaginários, das mentes, dos currículos, observando a importância do legado africano na formação da nossa brasilidade, profundamente marcada pelas culturas afro-brasileiras.

Estamos, sem dúvida, vivendo novos tempos na sociedade e na educação, que, orientada pela Lei 10.639/03, escuta e amplia as vozes dos movimentos sociais em prol do antirracismo, valoriza os textos de escritores afro-brasileiros, abre suas portas para as relações entre Áfricas e o Brasil, o que se presentifica na valorização da ancestralidade e da oralidade, por exemplo;

assim como na presença dos iorubás, dos bantos, dos malês, no pretuguês, na culinária, na religiosidade, nos enfrentamentos pelo reconhecimento de tantas histórias de lutas e de afirmação identitária, até então desconhecidas pelos brasileiros, mas que, hoje, em decorrência da lei, podem chegar às salas de aula a partir dos temas abordados nesse caderno, tais como a língua, a estética e o samba, e tantos outros, também capazes de ampliar reflexões que se sustentam nas bases das culturas negras, como é o caso do hip-hop, do **slam**, e diversas formas de resistência, produtoras de uma ética e de uma estética negras, prontas a atuarem ativamente como protagonistas de uma sociedade que

se quer realmente plural, democrática e, por tudo isso, aberta a contemplar e valorizar as diversas faces da cultura

A-Z

Slam

Performance, movimento de cultura urbana em que poetas leem ou recitam trabalho original num formato de “batalha de poesia” em que um júri popular escolhe a/o ganhadora/ganhador. (Fonte: <https://bit.ly/3DWemvf>)



Expectativa de aprendizagem

Espera-se com esse exercício que o (a) leitor(a) seja capaz de retomar conceitos abordados ao longo do caderno e, compreenda que o colonialismo foi capaz de forjar nos imaginários a ideia de que Deus e tudo que é divino é branco. Essa perspectiva racista faz como que mesmo não conscientes de todo esse processo de negação da negritude, muitos indivíduos consigam apagar de suas mentes a ideia de que uma divindade com as origens étnicas de lemanjá não tenha condições de ser retratada como uma mulher branca. Essa caracterização é reflexo do predomínio da cultura europeia no cenário sociocultural do Brasil. O branqueamento de lemanjá reflete um processo de negação do ser negro, propõe uma reconstrução da figura de lemanjá, para que, talvez, ao se refletir no espelho eurocêntrico, ela tenha mais condições de ser aceita como força divina em uma sociedade racista.



Leia o trecho da canção destacada e observe as imagens abaixo:

Dois de Fevereiro

[...]
Dia dois de fevereiro
Dia de festa no mar
Eu quero ser o primeiro
Pra salvar Yemanjá
Escrevi um bilhete a ela
Pedindo pra ela me ajudar
Ela então me respondeu

Que eu tivesse paciência de esperar
O presente que eu mandei pra ela
De cravos e rosas vingou
Chegou, chegou, chegou
Afim que o dia dela chegou
Chegou, chegou, chegou
Afim que o dia dela chegou
[...]
(Canção – Dorival Caymmi)



Figura 19. (Esq.) Iemanjá no Rio Vermelho. Fonte: Acervo pessoal. **Figura 20.** (Cent.) Nossa Senhora dos Navegantes. Fonte: Divulgação/Arquidiocese de Fortaleza. **Figura 21.** (Dir.) Iemanjá. Fonte: Ilustração Letícia Graciano.

Conforme cantou o baiano Dorival Caymmi, dia 2 de fevereiro é, na cultura afro-brasileira, um dia consagrado a lemanjá, enquanto para a igreja católica, o dia é dedicado a Nossa Senhora dos Navegantes. Na praia do Rio Vermelho, em Salvador, essa data é marcada por uma tradicional festa, promovida por pescadores e adeptos da religião dos orixás que oferecem ao mar balaios e barcos com flores, espelhos e muitos outros presentes para lemanjá.

Apesar do fato de a divindade reverenciada no Rio Vermelho ser uma mulher negra, africana, lemanjá foi, durante muitos anos, representada nesse local pela escultura de uma sereia, com a pele branca como é retratada Nossa Senhora dos Navegantes. No ano de 2023, centenário da festa de lemanjá no Rio Vermelho, uma escultura de lemanjá, como uma sereia negra, produzida pelo artista Rodrigo Siqueira, foi colocada no local, provocando, assim, releituras acerca da figura de lemanjá.

A pesquisadora Celiana Maria dos Santos, pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/Campus de Salvador, em seu livro **A Rainha do Mar: Quem é Yemanjá no imaginário de pescadores do Rio Vermelho?** (2020) reflete a respeito do branqueamento da figura de lemanjá e o quanto essa construção é diferente do que se pode verificar nos antigos templos iorubás, retratados pelo antropólogo Pierre Verger.

Considerando as reflexões já propostas, a respeito do eurocentrismo, do imaginário, do sincretismo, do colonialismo e do racismo, reflita sobre os motivos e os efeitos do branqueamento de lemanjá.



CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS

INTRODUÇÃO

Abordamos nesse caderno diversos aspectos capazes de representar as culturas africanas e afro-brasileiras na cena cultural do país. Buscamos, com isso, apresentar dados relativos às culturas, despertar o seu interesse nesses assuntos e provocar reflexões que se relacionem com questões que atravessem as análises que propusemos. Nesse capítulo traremos indicações de sites, livros, filmes e documentários que podem contribuir com o avanço das suas reflexões a respeito das culturas africanas e afro-brasileiras.

Vídeo: O perigo de uma história única

<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>

O perigo de uma história única é uma das palestras mais assistidas do TED Talk. Com essa comunicação, a nigeriana Chimamanda Adichie nos convida a pensar sobre como o fato de nos orientarmos por uma única história faz com que tenhamos olhares limitados e, tantas vezes, importados de lugares ou contextos que não nos representam.

Site: Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra

<https://www.geledes.org.br/>

Geledés é uma organização da sociedade civil, fundada em 1988, por Sueli Carneiro; que atua em defesa de mulheres e de negros,

tendo em vista que diante de questões estruturais da sociedade brasileira, esses grupos são transformados, constantemente, em alvos das desvantagens e das discriminações provocadas pelo racismo e pelo sexismo. O nome Geledés tem origem na língua ioruba, idioma no qual essa palavra faz referência a uma sociedade feminina. Nesse site você poderá encontrar publicações relacionadas a diversos aspectos da questão racial, ao continente africano e sua diáspora, tendo como áreas de atuação a comunicação, os direitos humanos e a educação.

Site: Revista África e Africanidades

<https://africaeafricanidades.com.br/>

Periódico online, trimestral, Qualis B1. Trata-se de um veículo de produção e disseminação de mecanismos que visem a equidade, de forma que as disputas a que os diversos grupos subalternizados serão submetidos, por meio das lógicas excludentes enraizadas em nosso cotidiano, sejam mais equilibradas. A revista oferece destaque aos debates e pesquisadores relacionados com os movimentos subalternizados, tendo em vista as experiências desenvolvidas em territórios africanos e afrodiaspóricos e considerando seus efeitos no processo de construção das sociedades e das identidades culturais associadas às margens.

Livro: Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo

O livro do cientista social Carlos Moore oferece uma perspectiva panorâmica dos aspectos históricos, relacionados ao racismo, além de uma análise referente às questões contemporâneas relativas ao mesmo tema. O estudo analisa o racismo no contexto da história mundial e no desenvolvimento da espécie humana. Para saber mais sobre as relações raciais em diversas partes do mundo, o racismo e as diversas formas de escravidão você pode buscar o livro do cientista social Carlos Moore:

MOORE, Carlos, **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. – Belo Horizonte : MazzaEdições, 2007.

Livro: Pequeno manual antirracista

Conforme aponta a própria autora: “O objetivo deste pequeno manual é apresentar alguns caminhos de reflexão — recuperando contribuições importantes de diversos autores e autoras sobre o tema — para quem quiser aprofundar sua percepção de discriminações estruturais e assumir a responsabilidade pela transformação de nossa sociedade. Afinal, o antirracismo é uma luta de todas e todos.” (RIBEIRO, 2019, p.15)

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Livro: Racismo Estrutural

Na apresentação do livro em questão, as palavras da coordenadora da coleção *Feminismos Plurais*, da qual o livro Racismo Estrutural é componente, cumprem muito bem o papel de apresentar a obra. De acordo com ela: “Silvio Almeida, neste livro, parte do princípio de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável. Para o autor, advogado e estudioso da teoria social, “racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”. O racismo, afirma, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia

para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” (2019, p.11)

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Livro: Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares

Para saber mais a respeito do legado deixado pela escravidão, considerando que seja esse um ponto crucial para a formação da sociedade brasileira, essa leitura é importantíssima.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. São Paulo: Editora Globo, 2019.

Livro: Epistemologias do Sul

Livro: O Fim do Império Cognitivo

Esses livros trarão importantes discussões a respeito do colonialismo, do eurocentrismo, da deslegitimação dos saberes não-eurocêntricos e de mecanismos de ruptura com a lógica excludente, propondo, então, o reconhecimento de outros saberes e valores partidos de outras fontes. São debates riquíssimos.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Site: IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros

<https://ipeafro.org.br/ipeafro/>

O Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros tem a proposta de oferecer contribuição para a defesa dos direitos dos afrodescendentes, a partir da preservação e difusão da cultura, da história, da memória e do ativismo negro; além de atuar em favor da inclusão das temáticas africanas, afro-brasileiras e das relações étnico-raciais no sistema educacional brasileiro.

Site: Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira

<http://www.letras.ufmg.br/literafro/>

O site Literafro oferece acesso a uma série de artigos, ensaios, resenhas, entre outros, relacionados às autoras e aos autores que compõem a literatura afro-brasileira e, principalmente, aos diversos debates que estão aliados ao universo dessa literatura.

Filme: Doutor Gama

Dirigido por Jeferson De e produzido por Buda Filmes, Paranoid Filmes e Globo Filmes, Doutor Gama conta a história de Luiz Gama, um negro brasileiro, baiano, abolicionista, republicano, que se valendo das leis, conseguiu libertar, nos tribunais, mais de 500 escravizados. Apesar de ter nascido sob a lei do ventre livre, Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai, ainda criança, como forma de pagamento de dívidas de jogo. Superando todas as condições impostas pela escravidão, Luiz Gama conseguiu se alfabetizar. Estudou, conseguiu a sua liberdade e tornou-se um advogado respeitado. A história do poeta Luiz Gama é riquíssima e pode ser observada a partir dessa interessante produção cinematográfica.

Vídeo: Memórias Trançadas

<https://www.youtube.com/watch?v=qCq8BDUu2wk&t=163s>

Com direção de Luane Bento e Bruno Penedo, Memórias trançadas apresenta uma narrativa aliada a uma perspectiva poética e ancestral, relacionada aos cuidados oferecidos aos cabelos em famílias negras. O roteiro do curta e as imagens são de Luane Bento, enquanto a edição ficou a cargo de Bruno Penedo.

Documentário: Emicida: AmarElo – é tudo pra ontem

<https://www.netflix.com/br/title/81306298>

Tendo a luta antirracista como argumento central para o desenrolar da narrativa, o documentário Emicida: AmarElo – é tudo pra ontem (2020), faz uma abordagem a respeito da herança cultural afro-brasileira e seu legado, estabelecendo elos entre o presente

e o passado, a fim de destacar os esforços de personalidades negras que se posicionaram de forma tal, que culminaram na abertura caminhos às novas gerações. Tendo como pano de fundo o álbum “Amarelo” de Emicida, cujas músicas servem como trilha sonora e condutora, o filme, disponível na Netflix, percorre mais de um século de história, trazendo à cena desde artistas negros, do passado, até o protagonista, o rapper Emicida.

Livro: Enciclopédia brasileira da diáspora africana

Nessa obra, Nei Lopes congrega, a partir de uma série de verbetes, informações de caráter multidisciplinar, relacionadas às culturas africanas e afrodescendentes. Fatos históricos, idiomas, religiões, personalidades negras e diversos outros aspectos são trazidos à cena, apresentando uma gama de conhecimentos.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

Documentário: Atlântico Negro: na rota dos orixás

Considerado referência, entre as análises que tratam das relações entre o continente africano e o Brasil, a produção reflete a respeito da influência africana na cultura e na religiosidade brasileira. Relatos de africanos e brasileiros costuram a narrativa que conecta as culturas africanas à brasilidade.

Documentário: Cidade das mulheres

Inspirado no livro de mesmo nome, de autoria da antropóloga Ruth Landes, o documentário brasileiro foi produzido e dirigido por Lázaro Faria, roteirizado por Cléo Martins. Protagonizado por Mãe Stella de Oxóssi, do Ilê Axé Opô Afonjá, o documentário trata do poder das mulheres nos candomblés da Bahia.

Site: IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

<http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/page/115>

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) atua na salvaguarda de bens culturais e na política pública estadual

do patrimônio cultural. O instituto busca desenvolver a ampliação do entendimento de patrimônio, resgatar a memória, a história política e cultural dos locais. Nessa página você poderá encontrar diversas referências pertinentes à cultura afro-brasileira na Bahia.

Site: Hugo Canuto

<https://hugocanuto.com>

Arquiteto, ilustrador e quadrinista baiano; a obra de Hugo Canuto adapta as histórias dos orixás para a linguagem das HQs. Além do site oficial do artista, sua obra pode ser verificada em vídeos, no Youtube. (<https://www.youtube.com/watch?v=XnwmGvu9uQI>)

Site: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<https://www.ibge.gov.br/>

Site: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<https://www.ipea.gov.br/portal/>

Em busca de informações a respeito das estatísticas relacionadas à população negra brasileira, em perspectiva atualizada, você pode acessar as páginas do IBGE e do IPEA.

Para saber mais sobre a cultura Slam: Visite o link: <https://bit.ly/3DWemvf>. Você vai conhecer sobre a história do movimento e ter acesso a páginas sobre o tema.



ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Mapa do continente africano.....	18		
Figura 2: Navio Negreiro.....	19		
Figura 3: Moenda de cana.....	21		
Figura 4: Scarface.....	25		
Figura 5: Logotipo para o Carnaval 2019.....	26		
Figura 6: Palavras de origem africana.....	31		
Figura 7: Baiana de acarajé.....	32		
Figura 8: Iansã.....	32		
Figura 9: Escritoras e escritores da Literatura Afro- -Brasileira.....	34		
Figura 10: Menina negra sorrindo.....	36		
		Figura 11: Tranças com desenhos matemáticos.....	36
		Figura 12: Bloco Afro - Ilê Ayê.....	41
		Figura 13: Olodum.....	41
		Figura 14: Afoxé - Instrumento.....	42
		Figura 15: Filhos de Gandhi.....	43
		Figura 16: Tia Ciata.....	44
		Figura 17: Dona Nicinha do Samba.....	44
		Figura 18: Mãe Stella de Oxóssi - Odé Kayodê.....	46
		Figura 19: Iemanjá no Rio Vermelho.....	48
		Figura 20: Nossa Senhora dos Navegantes.....	48
		Figura 21: Iemanjá.....	48

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é o racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis.** São Paulo: Pólen, 2017.

BARROS, José Flávio Pessoa de. **A fogueira de Xangô, o orixá do fogo.** Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia.** Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1958.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. In: Afro-Ásia. Salvador. n.14, p. 81-106, 1983.

_____. **Falares africanos na Bahia.** Salvador: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2001.

_____. **Influência das línguas africanas no português brasileiro.** Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em 28/02/2022.

DUARTE, Eduardo de Assis e FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4, História, teoria, polêmica.

EVARISTO. Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. Entrevista. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida (org.). **Malungos na escola.** Questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 277-287.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 63-78, 2º

sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4368>. Acesso em: 24/03/2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Seleção, notas, ensaios. **Machado de Assis afrodescendente.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**: Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 24/03/2022.

GLISSANT, Édouard. **Uma introdução à poética da diversidade.** Tradução de Elnice do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2005.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** São Paulo: Editora Globo, 2019.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** – entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009

LODY, Raul. **Afoxé.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1976.

_____. **Baiana de acarajé: uma profissão reconhecida.** Museu da gastronomia baiana – Coluna Raul Lody, 2017. Disponível em: <https://www.ba.senac.br/museu/RaulLody/artigo/111?title=baiana-de-acaraje-uma-profissao-reconhecida-23-de-nov-de-2017>. Acesso em: 16/3/2022.

LOPES, Nei. **A presença africana na música popular brasileira.** Espaço Acadêmico, n. 50, 2005. Disponível em: <http://www.academiadosamba.com.br/memoriasamba/artigos/artigo-172.htm>. Acesso em: 16/3/2022.

_____. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____. **Novo dicionário banto do Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Tradução: Marta Lança. Editora Antígona. 2014.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v.18, n. 50, p. 161-193, 1 abr. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 28/02/2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2009.

RATTS, Alex; TEIXEIRA, José Paulo. Afoxé Axé Omo Odé: o “Candomblé de rua” em Goiânia. **GeoTextos**, vol. 10, n. 1, jul. 2014. p. 127-147.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Luane Bento dos. **Entre tramas e adornos: o legado africano de trançar cabelos por uma perspectiva do patrimônio cultural.** In: Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura. Vol. 6. 2019.1.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **‘Descendentes precisam saber que história da África é tão bonita quanto a da Grécia’** – Entrevista: G1 – 20/11/2015. Disponível em: <http://glo.bo/3WqIEfl>

SILVA, Alberto da Costa e. **Entre o Brasil e a África houve uma troca forte e poderosa.** Entrevista:UNICrio – 24/05/2018. Disponível em: <https://unicrio.org.br/especial-entre-o-brasil-e-a-africa-houve-uma-troca-forte-e-poderosa-alberto-da-costa-e-silva/>. Acesso: 24/04/2022.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência:** Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan.-jun. 2013. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=993 Acesso em: 24/3/ 2022.

Verger, Pierre. **Orixás.** 4 ed. Salvador: Corrupio, 1997.

COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florencia Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

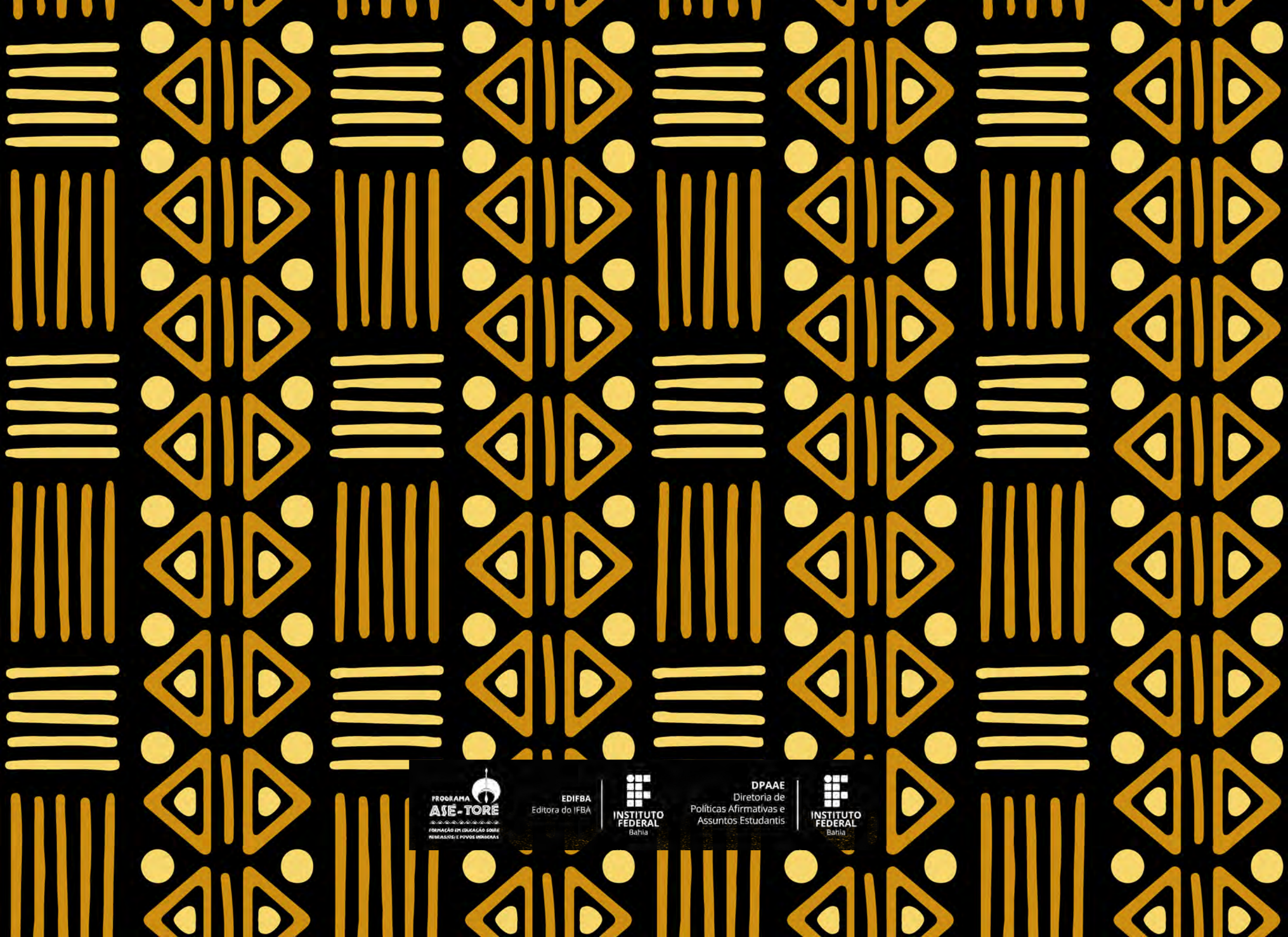
Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



PROGRAMA
ASE-TORE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
NECESSIDADES E POVOS INDIGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia